

# DATA MERCANTIL

São Paulo



SEMPRE DIVULGANDO SUAS INFORMAÇÕES E NÚMEROS COM ✓ TRANSPARÊNCIA, ✓ SEGURANÇA E ✓ QUALIDADE.

datamercantil.com.br

SÃO PAULO, Terça-Feira, 15 de abril de 2025 | edição nº 1258

R\$ 2,50

## LULA PUBLICA MEDIDA PROVISÓRIA COM CORREÇÃO DA TABELA DO IMPOSTO DE RENDA

A base de cálculo da primeira faixa salarial mensal, que recebe alíquota zero, passa de até R\$ 2.259,20 para até R\$ 2.428,80 - uma correção de 7,5%. A iniciativa isenta os contribuintes com renda mensal de até R\$ 3.036 (equivalente a dois mínimos) porque se soma ao desconto simplificado de R\$ 607,20.

O salário mínimo de R\$ 1.518 já estava em vigor desde o começo do ano, mas a tabela ainda não tinha sido reajustada devido à demora da aprovação do Orçamento de 2025 -cuja sanção foi assinada por Lula na última sexta-feira (11), abrindo caminho para a correção.

A base da segunda faixa,

que recebe alíquota de 7,5%, passa a ser o intervalo de R\$ 2.428,81 a R\$ 2.826,65. O reajuste nesse caso é apenas no primeiro valor, de 7%.

Com as mudanças, mais pessoas de menor renda deixam de pagar imposto. Mas, como a tabela do Imposto de Renda é aplicada a todos os salários, todos são beneficiados. Mesmo que a pessoa receba mais que a última faixa, por exemplo, as cobranças são escalonadas e aplicadas a cada intervalo salarial do contribuinte.

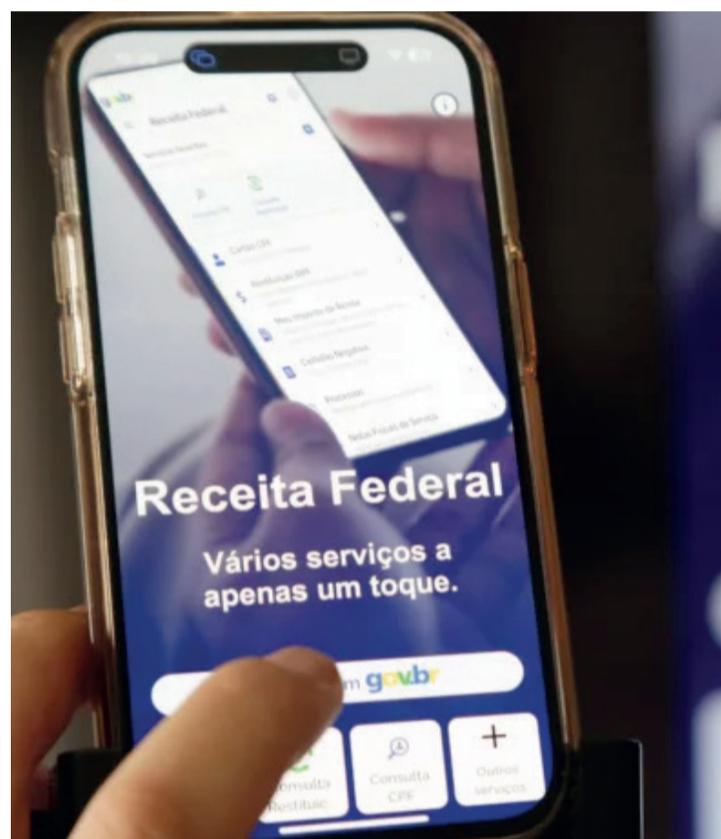
A Receita Federal estima um impacto de R\$ 3,29 bilhões de renúncia fiscal em 2025, de R\$ 5,34 bilhões em 2026 e de R\$ 5,73 bilhões em 2027. O impacto será

menor em 2025 porque a medida somente entrará em vigor no mês de maio e, portanto, não terá reflexos sobre a arrecadação do primeiro quadrimestre.

Na base da terceira faixa, com cobrança de 15%, os valores permanecem de R\$ 2.826,66 a R\$ 3.751,05. Na quarta, com alíquota de 22,5%, de R\$ 3.751,06 a R\$ 4.664,68. E na quinta, de 27,5%, acima de R\$ 4.664,68.

As MPs têm força imediata de lei, mas precisam receber aval do Congresso para não perderem a validade. O texto pode passar por mudanças nas mãos dos parlamentares até ser aprovado.

Folhapress



## DESTAQUES DO DIA



**Mercado eleva previsão para expansão da economia em 2025**

**Bolsonaro permanece na UTI sem previsão de alta, dizem médicos**

**Oposição avalia antecipar pedido para pautar urgência do projeto da anistia**

**Empresas poderão testar novo sistema de arrecadação da reforma tributária em 2026**



**Nubank vai renegociar dívidas de 6 milhões de clientes**



## NO MUNDO

## Trump diz que Irã deve desistir de arma nuclear ou terá 'resposta severa'



O presidente dos EUA, Donald Trump, afirmou nesta segunda-feira (14) que o Irã deve "abandonar" qualquer tentativa de obter uma arma nuclear sob a ameaça de enfrentar "consequências severas".

Trump disse que, caso o Irã persista no "sonho" de ter sua própria arma nuclear, os EUA poderão fazer um ataque militar às instalações nucleares de Teerã. "É claro que sim", disse o republicano aos jornalistas quando perguntado se uma possível resposta poderia incluir ataques às instalações nucleares iranianas.

Declarações de Trump acontecem após o Irã alegar no sábado que teve uma

conversa "produtiva" com os EUA para um possível acordo nuclear. Na ocasião, o ministro das Relações Exteriores iraniano, Abbas Araçchi, disse que os dois países teriam concordado em dar continuidade às negociações no dia 19 de abril. A Casa Branca considerou a reunião como um "passo à frente para se chegar a um resultado benéfico para ambos", e que "esses temas são muito complicados".

"Acredito que estamos muito próximos de uma base de negociação. Se conseguirmos concluir essa etapa durante a semana, teremos avançado significativamente e estaremos prontos para iniciar discussões reais", disse Abbas

Araçchi em entrevista à TV estatal iraniana.

O chanceler afirmou que a primeira fase das negociações ocorreu em uma "atmosfera produtiva, calma e positiva". Os EUA querem um acordo de curto prazo, mas o Irã diz não ter intenção de "discutir por discutir" e almeja o fim das sanções norte-americanas.

A reunião ocorreu de forma indireta e foi mediada por Omã, como propuseram os iranianos. As delegações estavam em salas separadas e transmitiram suas mensagens através do chanceler de Omã, segundo o porta-voz do Ministério das Relações Exteriores do Irã, Esmail Baghaei.

Folhapress

## Terremoto de magnitude 5,1 atinge a região de San Diego, na Califórnia

Um terremoto de magnitude 5,1 atingiu nesta segunda-feira (14) a região da cidade de San Diego, no sul da Califórnia, nos Estados Unidos.

Dados iniciais apontam que o epicentro do terremoto ocorreu a quatro quilômetros ao sul de Julian, no condado de San Diego. Abalos foram sentidos, mas, até o momento, não há registros de feridos ou extensos danos materiais.

Terremoto teve magnitude de 5,1 e ocorreu a uma profundidade de aproximadamente 13 quilômetros. As informações são do Serviço

Geológico dos Estados Unidos.

Autoridades norte-americanas disseram monitorar a situação. Inicialmente, o serviço geológico dos Estados Unidos havia reportado que o terremoto seria de magnitude 6, mas o número foi revisto. Agora, eles avaliam a possibilidade de tremores secundários.

Nas redes sociais, circulam vídeos de casas e móveis tremendo por causa do terremoto. Os tremores de terra foram sentidos em áreas como Las Vegas, Silverlake, Aliso Viejo, Garden Grove e Anaheim, de acordo com a imprensa local. Folhapress



## Deslocados fogem após paramilitares assumirem controle de campo no Sudão



As Forças de Apoio Rápido (RSF) do Sudão assumiram o controle de um grande campo de deslocados em Darfur do Norte, informou o grupo paramilitar no domingo (13), após um ataque de quatro dias que, segundo o governo e grupos de ajuda humanitária, deixou centenas de mortos e feridos.

Os combates se concentraram no campo de Zamzam, que, juntamente com o campo vizinho de Abu Shouk, abriga cerca de 700 mil pessoas deslocadas pela guerra no Sudão.

O ataque destruiu abrigos, mercados e instalações

de saúde, segundo grupos de ajuda humanitária.

As RSF afirmaram que o campo estava sendo usado como base pelo que chamaram de "facções mercenárias".

Mas grupos humanitários denunciaram o ataque como uma investida direcionada a civis vulneráveis, incluindo mulheres, crianças e idosos, que já enfrentam a fome.

O Exército de Libertação do Sudão (ELS), uma milícia de Darfur aliada ao exército nacional, tem combatido as RSF nos arredores da cidade de al-Fashir, a cerca de 15 km de Zamzam, com

a ajuda de outros grupos armados locais.

Milhares de moradores do campo fugiram para al-Fashir a pé, sobrecarregando os abrigos, e agora estão dormindo ao ar livre, sem comida, água ou remédios, comentou o porta-voz do ELS, El-Sadiq Ali El-Nour, no domingo (13).

A cidade – capital da província de Darfur do Norte, no Sudão – foi alvo de pesados bombardeios e ataques terrestres das Forças Revolucionárias da Síria (FSR) no domingo, informou o SLA, pedindo apoio militar das forças armadas e de facções aliadas. CNN

**DATA  
MERCANTIL** São Paulo

● JORNAL DATA MERCANTIL LTDA.  
CNPJ nº 35.960.818/0001-30  
Rua XV de novembro, 200  
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000

● Tel.: 11 3361-8833  
E-mail: comercial@datamercantil.com.br

● EDITORIAL: Daniela Camargo  
● COMERCIAL: Tiago Albuquerque  
● Serviço Informativo: FolhaPress,  
Agência Brasil, Senado, Câmara, Istoé-  
Dinheiro, Notícias Agrícolas.

----  
Rodagem:  
Diária

Fazemos parte  
da



## ECONOMIA

### Mercado eleva previsão para expansão da economia em 2025



A previsão do mercado financeiro para o crescimento da economia em 2025 foi elevada de 1,97% para 1,98%, de acordo com o Boletim Focus, divulgado nesta segunda-feira (14), em Brasília. A pesquisa é realizada semanalmente pelo Banco Central (BC) com a expectativa de instituições financeiras para os principais indicadores econômicos.

Para 2026, a projeção para PIB - a soma dos bens e serviços produzidos no país - também subiu - de 1,6% para 1,61%. Para 2027 e 2028, o mercado financeiro estima expansão do PIB em 2% para os dois anos. Em 2024, a economia brasileira cresceu 3,4%. O resultado representa o quarto ano seguido de crescimento, sendo a maior expansão desde 2021 quando o PIB alcançou 4,8%.

A previsão da cotação do dólar está em R\$ 5,90 para o fim deste ano. No fim de 2026, estima-se que a moeda norte-americana fique em R\$ 5,97.

A estimativa para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - considerado a inflação oficial do país - para 2025 foi mantida em 5,65% nesta edição do Boletim Focus. Para 2026, a projeção da inflação ficou em 4,5%. Para 2027 e 2028, as previsões são de 4% e 3,79%, respectivamente.

A estimativa para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - divulgado pelo IBGE - perdeu força em relação a fevereiro, quando marcou 1,31%. No acumulado em 12 meses, o IPCA soma 5,48%.

A estimativa para 2025 está acima do teto da meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC. Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é de 3% com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior 4,5%.

Em março, a inflação fechou em 0,56%, pressionada principalmente pelos preços dos alimentos.

Apesar dessa pressão, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - divulgado pelo IBGE - perdeu força em relação a fevereiro, quando marcou 1,31%. No acumulado em 12 meses, o IPCA soma 5,48%.

Andréia Verdélio/ABR

### Empresas poderão testar novo sistema de arrecadação da reforma tributária em 2026



As empresas poderão testar a partir de janeiro do próximo ano o sistema de arrecadação do novo imposto e da nova contribuição criados pela reforma tributária. Em meados de 2026, também haverá a criação do CNPJ (Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica) composto por letras e números.

As novidades incluem ainda uma calculadora, um portal da reforma com acesso pelo Gov.br e a declaração pré-preenchida, fornecida pela Receita Federal e pelo Comitê Gestor formado por estados e municípios para apuração da CBS (contribuição federal sobre bens e serviços) e do IBS (imposto sobre bens e

### Lei da Reciprocidade Comercial entrou em vigor nesta segunda-feira

Sancionada na última sexta-feira (11), a Lei da Reciprocidade Comercial entrou em vigor nesta segunda-feira (14) após ser publicada no Diário Oficial da União.

A legislação autoriza o governo brasileiro a adotar medidas comerciais contra países e blocos que imponham barreiras unilaterais aos produtos do Brasil no mercado global. A informação foi confirmada pelo Palácio do Planalto.

O texto foi aprovado pelo Congresso Nacional no início do mês e sancionado na semana passada, sem vetos, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A nova lei é uma resposta à escalada da guerra comercial desencadeada pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, contra a maioria dos países

do mundo, mas que se intensificou nos últimos dias de forma mais específica contra a China.

No caso do Brasil, a tarifa imposta pelos EUA foi de 10% sobre todos os produtos exportados para o mercado norte-americano. A exceção nessa margem de tarifas são o aço e o alumínio, cuja sobretaxa imposta pelos norte-americanos foi de 25%, afetando de forma significativa empresas brasileiras, que constituem os terceiros maiores exportadores desses metais para os EUA.

Em discurso durante a 9ª Cúpula da Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (Celac), em Honduras, na última quarta-feira (9), Lula voltou a criticar a adoção de tarifas comerciais.

ABR



serviços dos demais entes).

Em junho deste ano, 500 empresas selecionadas já poderão realizar testes em um ambiente restrito desenvolvido pelo Serpro (Serviço Federal de Processamento de Dados) para testar o novo sistema, que funcionará em uma nuvem soberana de governo, com processamento dos dados em território nacional.

Em 2026, as empresas terão como obrigação calcular os novos tributos e informá-los na nota fiscal eletrônica. Não haverá recolhimento no próximo ano, que será um período de testes para calcular a alíquota necessária para manter a arrecadação atual. Somente em 2027

eles passam a ser cobrados.

"Com o novo sistema vamos para um desenho completamente diferente e muito mais fácil do que temos atualmente", afirma Marcos Flores, gerente de projetos especiais da Receita Federal, que participou do webinar "Reforma Tributária na Prática: Sistemas Operacionais do IBS e da CBS", promovido pelo escritório Loria Advogados.

"Cadastro único e documento fiscal eletrônico. Esses são os pilares da OCDE para a administração tributária 3.0."

Durante o evento, o Serpro realizou uma simulação de como o sistema será visto pelo contribuinte.

Eduardo Cucolo/ABR

PUBLICIDADE LEGAL

STNE Participações S.A.

CNPJ/MF nº 35.767.420/0001-82

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão. As Demonstrações Financeiras completas, incluindo o respectivo relatório dos Auditores Independentes estão disponíveis no endereço eletrônico do presente jornal: [https://datamercantil.com.br/publicidade\\_legal/](https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/)

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)						Demonstração dos Resultados Abrangentes em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)								
Ativo	Controladora		Consolidado		Passivo e Patrimônio líquido	Controladora		Consolidado		Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023		2024	2023	2024	2023		2024	2023	2024	2023
<b>Ativo circulante</b>					<b>Passivo circulante</b>					<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	—	11	50.781	75.903	Fornecedores	2.440	2.222	65.173	98.129	<b>Outros resultados abrangentes que serão reclassificados para o resultado em períodos subsequentes</b>	<b>2.523 (16.045)</b>	<b>2.733 (17.696)</b>		
Aplicações financeiras	42.048	234.956	384.581	297.205	Contas a pagar clientes	—	—	—	3.982	Mudança na participação relativa a controladas	—	—	2.523	6.189
Contas a receber de emissores de cartão	—	—	9.492	36.441	Empréstimos e financiamentos	1.218	1.502	10.233	8.167	Diferenças cambiais na conversão de operações no exterior	—	—	—	210 (23.885)
Contas a receber de clientes	6.923	9.358	214.597	250.745	Salários e encargos sociais	7.567	8.258	113.174	112.747	Reflexo de equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de controladas	2.523	(16.045)	—	—
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	235	208	—	—	Impostos a recolher	3.843	876	33.728	25.032	<b>Outros resultados abrangentes que não serão reclassificados para o resultado em períodos subsequentes</b>	<b>(363) 4.280</b>	<b>(396) 4.624</b>		
Impostos a recuperar	3.753	4.088	22.440	31.831	Dividendos a pagar	267.389	267.389	268.080	268.053	Baixa benefício pós emprego	—	—	—	200
Despesas antecipadas	290	102	16.356	13.559	Outros passivos	19.003	368	69.385	48.303	Impactos em economias hiperinflacionárias	—	—	—	(596)
Instrumentos financeiros derivativos	42	—	1.325	893	<b>Passivo não circulante</b>	<b>301.460</b>	<b>280.615</b>	<b>559.773</b>	<b>564.413</b>	Reflexo de equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de controladas	(363)	4.280	—	—
Outros ativos	1.376	386	26.724	25.917	Contas a pagar a partes relacionadas	982	1.878	6.561	5.167	<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>(3.544.615)</b>	<b>43.974 (3.538.387)</b>	<b>38.353</b>	
	<b>54.667</b>	<b>249.109</b>	<b>726.296</b>	<b>732.494</b>	Empréstimos e financiamentos	41.768	41.496	64.473	70.302	<b>Total do resultado abrangente atribuível a:</b>				
					Salários e encargos sociais	212	150	2.322	1.431	Acionistas da controladora	(3.544.615)	43.974	(3.544.615)	43.974
					Imposto de renda e contribuição social diferidos	—	—	463.325	480.327	Participação dos não controladores	—	—	—	6.228 (5.621)
					Provisão para contingências	2.333	5.665	128.504	131.968					
					Outros passivos	7.318	20.193	8.675	55.145					
					<b>Patrimônio líquido</b>	<b>52.613</b>	<b>69.382</b>	<b>673.860</b>	<b>744.340</b>					
					Capital social	2.649.016	2.635.908	2.649.016	2.635.908					
					Reserva de capital	4.439.408	4.422.841	4.439.408	4.422.841					
					Outros resultados abrangentes	618	(1.542)	618	(1.542)					
					Prejuízos acumulados	(3.644.573)	(97.798)	(3.644.573)	(97.798)					
					Patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora	3.444.469	6.959.409	3.444.469	6.959.409					
					Participação dos não controladores	—	—	171.167	183.897					
					<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>3.444.469</b>	<b>6.959.409</b>	<b>3.615.636</b>	<b>7.143.306</b>					
					<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>3.798.542</b>	<b>7.309.406</b>	<b>4.849.269</b>	<b>8.452.059</b>					

Demonstração dos Resultados em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)						Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)								
Receita líquida de serviços	Controladora		Consolidado		Despesas financeiras	Controladora		Consolidado		Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023		2024	2023	2024	2023		2024	2023	2024	2023
Receita líquida de serviços	99.231	25.650	1.416.075	1.446.770	Resultado financeiro	(8.914)	(4.594)	(50.258)	(64.404)	<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b>	<b>(3.546.775)</b>	<b>55.739</b>	<b>(3.540.724)</b>	<b>51.425</b>
Custos dos serviços prestados	(38.210)	(11.603)	(640.902)	(675.205)	Imposto de renda e contribuição social	(7.433)	9.738	(25.305)	(20.568)	Ajustes para conciliar o resultado aos fluxos de caixa gerados pelas atividades operacionais				
<b>Lucro bruto</b>	<b>61.021</b>	<b>14.047</b>	<b>775.173</b>	<b>771.565</b>	Imposto de renda e contribuição social corrente	(8.480)	(4.149)	(36.636)	(27.102)	Depreciação e amortização	15.492	6.627	198.965	199.264
Despesas administrativas	(16.314)	(8.992)	(349.340)	(376.665)	Imposto de renda e contribuição social diferidos	(3.404)	16.130	34.911	3.341	Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.404	(16.130)	(34.911)	(3.341)
Despesas de vendas	(4.661)	(1.379)	(307.101)	(320.069)	<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b>	<b>(3.546.775)</b>	<b>55.739</b>	<b>(3.540.724)</b>	<b>51.425</b>	Perda (ganho) com investimentos em coligadas	16.854	(44.093)	202	(324)
Perda por impairment do ágio do negócio de software	(3.558.049)	—	(3.558.049)	—	Lucro líquido (prejuízo) atribuível a:					Resultado financeiro, líquido	5.170	3.202	15.003	21.448
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	7.405	(13.749)	(74.175)	20.599	Acionistas da controladora	(3.546.775)	55.739	(3.546.775)	55.739	Provisão para contingências	(4.016)	5.665	(12.902)	(65.956)
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>	<b>(3.571.619)</b>	<b>(24.120)</b>	<b>(4.288.665)</b>	<b>(676.135)</b>	Participação dos não controladores	—	—	6.051	(4.314)	Pagamento baseado em ações	1.468	469	20.739	22.095
Resultado de equivalência patrimonial	(16.860)	44.093	(202)	324	<b>Total do fluxo de caixa</b>	<b>(3.546.775)</b>	<b>55.739</b>	<b>(3.540.724)</b>	<b>51.425</b>	Perda esperada com crédito de liquidação duvidosa	42	227	(1.588)	2.255
<b>Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e tributos</b>	<b>(3.527.458)</b>	<b>34.020</b>	<b>(3.513.694)</b>	<b>95.754</b>						Perda (ganho) na baixa e alienação de bens	283	359	121.034	43.375
Receitas financeiras	1.481	14.332	24.953	43.836						Perda com impairment de ativos	3.558.049	—	3.558.049	—
										Perda na venda da subsidiária	4.446	—	58.243	—
										Valor justo de derivativos	(42)	12.392	(423)	13.244
										Remensuração de participação anteriormente detida em subsidiária adquirida	—	—	(7.406)	—
										Efeito da aplicação de hiperinflação	—	—	(596)	2.238
										Outros	—	1.167	—	1.168
										<b>Varições nos ativos e passivos operacionais</b>				
										Contas a receber de partes relacionadas	1.159	18.170	9.031	(11.006)
										Impostos a recuperar	9.252	3.437	49.645	14.033
										Despesas antecipadas	(197)	(120)	(2.652)	(6.709)
										Contas a receber e outros ativos	1.895	12.042	52.488	(9.222)
										Contas a pagar a partes relacionadas	(896)	(1.204)	—	11.350
										Pagamento de contingências	—	—	(5.030)	(7.575)
										Impostos a recolher	5.425	1.481	1.809	3.880
										Salários e encargos sociais	(880)	23.411	(1.396)	(4.380)
										Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	10.505	10.713	—	8.760
										Fornecedores e outros passivos	37.968	1.066	(56.254)	(21.118)
										Imposto de renda e contribuição social pagos	(10.446)	(2.467)	(32.500)	(17.670)
										Contas a receber de emissores de cartões	—	—	1.051	(11.180)
										Juros pagos	(5.484)	—	(5.484)	—
										<b>Fluxo de caixa líquido originado pelas atividades operacionais</b>	<b>102.592</b>	<b>92.153</b>	<b>384.384</b>	<b>236.054</b>
										Aquisições de ativo imobilizado	(206)	(447)	(9.049)	(37.964)
										Aquisições de ativo intangível	(10.436)	(12.220)	(240.719)	(188.560)
										Aquisição de controlada, líquida de caixa adquirido	—	—	(9.054)	—
										Resgate (aquisição) de aplicações financeiras, líquido	192.908	(175.853)	(129.379)	(128.771)
										Aquisição de participação em controladas e coligadas	(88.177)	(49.941)	(39.275)	(77.806)
										Valor recebido na alienação em controladas e coligadas	—	—	43.792	—
										Cisão de subsidiária, líquido de caixa	—	—	(4.204)	(39.702)
										Aumento de capital em controladas e coligadas	(196.346)	—	—	—
										<b>Fluxo de caixa gerado (consumido) pelas atividades de investimento</b>	<b>(102.257)</b>	<b>(238.461)</b>	<b>(387.888)</b>	<b>(472.803)</b>
										Captação de empréstimos	—	41.048	—	41.048
										Pagamentos de arrendamentos	(346)	(1.216)	(15.321)	(16.314)
										Aquisição de participações não controladoras	—	—	(3.362)	—
										Transação com participações não controladoras	—	—	6.346	—
										Pagamento de dividendos de acionistas não controladores	—	—	(10.454)	(5.983)
										<b>Fluxo de caixa gerado (consumido) pelas atividades de financiamento</b>	<b>(346)</b>	<b>39.832</b>	<b>(22.791)</b>	<b>18.751</b>
										Variação cambial de caixa e equivalentes de caixa	—	(22.234)	1.173	(15.748)
										<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquido</b>	<b>(11) (128.710)</b>	<b>(25.122)</b>	<b>(233.746)</b>	
										Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	11	128.721	75.903	309.649
										Saldo final de caixa e equivalente de caixa	—	11	50.781	75.903
										<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquido</b>	<b>(11) (128.710)</b>	<b>(25.122)</b>	<b>(233.746)</b>	

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)							
Saldos em 31 de dezembro de 2022	Capital social		Reserva de capital	Outros resultados abrangentes	Lucro (prejuízo) acumulado	Participação dos não controladores	Total
	Capital subscrito	Capital a integralizar					
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.962.462	—	4.456.480	10.223	(153.537)	98.584	7.374.212
Redução de capital	(326.554)	—	—	—	—	—	(326.554)
Redução de capital social	—	—	—	—	—	—	—
Aumento de capital em controlada – cisão parcial	—	—	—	—	—	96.238	96.238
Pagamento baseado em ações	—	—	15.472	—	—	679	15.472
Ajuste de avaliação patrimonial	—	—	—	—	—	—	—
Movimentação proveniente de cisão controladas	—	—	(49.111)	—	—	—	(49.111)
Dividendos pagos	—	—	—	—	—	(5.983)	(5.983)
Outros resultados abrangentes	—	—	—	(11.765)	—	(1.307)	(13.072)
Lucro do exercício	—	—	—	—	55.739	55.739	51.425
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>2.635.908</b>	<b>—</b>	<b>4.422.841</b>	<b>(1.542)</b>	<b>(97.798)</b>	<b>183.897</b>	<b>7.143.306</b>
Aumento de capital	13.108	—	—	—	—	13.108	13.108
Aumento de capital de não controladores	—	—	—	—	—	6.346	6.346
Capital social a integralizar	77.000	(77.000)	—	—	—	(3.798)	(3.798)
Diluição de participação de não controladores	—	—	—	—	—	1.334	17.901
Pagamento baseado em ações	—	—	16.567	—	—	(10.454)	(10.454)
Dividendos pagos	—	—	—				

## Bolsonaro permanece na UTI sem previsão de alta, dizem médicos

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) segue na UTI (Unidade de Terapia Intensiva) do Hospital DF Star, em Brasília, sem previsão de alta. Ele deverá ficar internado pelo menos mais duas semanas e enfrentar restrições no pós-operatório por um período de dois a três meses.

As informações foram dadas nesta segunda-feira (14) pela equipe médica que participou da cirurgia de Bolsonaro, no dia anterior, em procedimento considerado complexo e com uma duração de 12 horas.

Ao contrário do que publicou a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro no Instagram, Bolsonaro ainda não foi levado ao quarto e segue sem previsão de alta da UTI.

De acordo com o chefe da equipe cirúrgica, Cláudio Birolini, a primeira-dama quis dizer que ele já havia saído do centro cirúrgico e ido para a UTI.

"Na primeira avaliação, ele não apresentava indicações de urgência ou emergência. O que aconteceu é que, nessas 48 horas, ele mantinha sempre um quadro de distensão abdominal", disse o médico. "Gradativamente, desde Natal até a chegada aqui, ele apresentou essa alteração, precisamente, que se chama PCR, que nos indica que tem alguma coisa acontecendo."

Segundo ele, o ex-presidente passa bem, e a equipe optou pela cirurgia por detectar que houve uma alteração significativa em um curto espaço de tempo. "Para a gente, é um sinal precoce que tem uma coisa desandando."

Segundo a equipe, a situação do ex-presidente era de um "intestino hostil", com aderências e uma parede abdominal prejudicada.

IstoÉDinheiro

## Compuway Comercial e Serviços S.A.

CNPJ/MF nº 54.969.134/0001-44

Balancos Patrimoniais – Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)		Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)					
Ativo	2024	2023	Capital social	Reserva legal	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
<b>Circulante</b>			<b>5.000.000</b>	<b>1.000.000</b>	<b>4.348.259</b>	<b>(487.842)</b>	<b>9.860.417</b>
Caixa e equivalentes de caixa	2.137.115	1.773.034				7.738.582	7.738.582
Clientes	13.984.055	14.073.704			8.226.424	(8.226.424)	
Impostos a recuperar	1.001.531	723.110		400.000	(400.000)		
Conta corrente com consórcios	45.703	71.086	2.000.000		(2.000.000)		
Outras contas a receber	45.503	44.280			(2.446.282)		(2.446.282)
	<b>17.213.907</b>	<b>16.685.214</b>					<b>15.152.717</b>
<b>Não circulante</b>							
<b>Realizável a longo prazo</b>							
Clientes	17.047.626	10.464.215				6.280.587	6.280.587
						(6.280.587)	
						(279.000)	
							(279.000)
<b>Total do ativo</b>	<b>34.261.533</b>	<b>27.149.429</b>					
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>							
<b>Circulante</b>							
Fornecedores	9.053	2.478					
Debêntures	3.127.906	4.349.698					
Financiamentos	1.908.000						
Obrigações trabalhistas e sociais	77.257	69.716					
Obrigações tributárias	283.449	88.925					
Obrigações tributárias Diferidas	498.569						
Outras obrigações a pagar	358						
Conta corrente com consórcios	56.179	234.122					
	<b>5.960.771</b>	<b>4.744.939</b>					
<b>Não Circulante</b>							
Debêntures	2.537.685	5.680.368					
Empréstimo e Financiamento	3046644						
Obrigações tributárias Diferidas	1.562.130	1.571.405					
	<b>7.146.459</b>	<b>7.251.773</b>					
<b>Patrimônio líquido</b>							
Capital social	7.000.000	7.000.000					
Reserva legal	1.400.000	1.400.000					
Reserva de lucros	12.754.303	6.752.717					
	<b>21.154.303</b>	<b>15.152.717</b>					
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>34.261.533</b>	<b>27.149.429</b>					
<b>Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)</b>							
<b>1. Contexto operacional</b> – A Compuway Comercial e Serviços S.A. ("Companhia") é uma Sociedade anônima com sede em São Paulo, Estado de São Paulo. A Companhia tem como objeto social e atividade preponderante, diretamente ou pela participação em outras sociedades, comércio e prestação de serviços de instalação, assistência técnica e manutenção de aparelhos, equipamentos e instrumentos de medida, teste e controle, desenvolvimento e licenciamento de programas e sistemas customizáveis e não customizáveis, locação, importação, exportação e montagem de equipamentos, serviços de engenharia, inclusive projetos, consultoria e gerenciamento, serviços de operação e manutenção de sistemas de saneamento, execução e administração de obras. A Companhia também opera através da participação em outras empresas (Consórcios) a seguir relacionadas: <b>1.1. Consórcios para atividades operacionais com custo compartilhado:</b> Na prestação de serviços de engenharia, existem consórcios constituídos para a execução das atividades operacionais dos contratos, onde as receitas são faturadas e registradas diretamente nos registros contábeis de cada consórcio e o custo é compartilhado e registrado nos consórcios: <b>a) Consórcio ENOPS-COMPUWAY VRP SUL:</b> para execução do Contrato de Prestação de Serviços de Engenharia junto a SABESP (nº 28.275/15); <b>b) Consórcio VD Vila do Encontro,</b> para execução do Contrato de Prestação de Serviços de Engenharia Junto a Sabesp (nº 14.330/16); <b>c) Consórcio Performance Meta,</b> para execução do Contrato de Prestação de Serviços de Engenharia Junto a Sabesp (nº 01.795/18); <b>d) Consórcio Performance Melhor Performance,</b> para execução do Contrato de Prestação de Serviços de Engenharia Junto a Sabesp (nº 02.174/18); <b>e) Consórcio Performance Itaim Paulista,</b> para execução do Contrato de Prestação de Serviços de Engenharia Junto a Sabesp (nº 03.971/19); <b>f) Consórcio Performance Ermelino Matazzaro,</b> para execução do Contrato de Prestação de Serviços de Engenharia Junto a Sabesp (nº 407/20); <b>g) Consórcio Otimização Leste,</b> para execução do Contrato de Prestação de Serviços de Engenharia Junto a Sabesp (No. 02.578/21); <b>i) Consórcio Vidagua:</b> para execução do Contrato de Prestação de Serviços de Engenharia Junto a Cesan (nº 0262.22). <b>2. Apresentação das demonstrações contábeis e práticas contábeis materiais</b> – <b>2.1. Apresentação das demonstrações contábeis:</b> A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações contábeis em 27 de março de 2025. As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e nos Pronunciamentos, nas Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas referentes a: (a) seleção das vidas úteis do ativo imobilizado; (b) avaliação de ativo intangível de vida útil indefinida; (c) provisões necessárias para passivos contingentes; (d) receitas de contratos – parte preponderante da receita de prestação de serviços é reconhecida levando em consideração o estágio de execução de cada contrato, denominado porcentagem de obra concluída – POC. O método de reconhecimento de receita por meio do POC requer o uso de estimativas do orçamento de custos do projeto, a fim de estabelecer uma proporção e relação aos custos já incorridos. Essa proporção é aplicada sobre o valor da receita total contratada do projeto, determinando o montante da receita a ser reconhecida em cada período; (e) determinações de provisões para Imposto de Renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. <b>2.2. Práticas contábeis materiais adotadas:</b> As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir: <b>2.2.1. Caixa e equivalentes de caixa:</b> Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e limites utilizados de conta garantida. <b>2.2.2. Contas a receber de clientes:</b> As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da provisão para Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa, tal provisão é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. <b>2.2.3. Imobilizado:</b> O imobilizado é demonstrado ao custo histórico de aquisição, deduzido da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração. A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear, às taxas anuais que levam em consideração o prazo de vida útil-econômica dos bens. Os gastos com manutenção e reparos, que não aumentam significativamente a vida útil dos bens, são contabilizados como despesa quando incorridos. Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado. <b>2.2.4. Redução ao valor recuperável de ativos:</b> O imobilizado e outros ativos são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. <b>2.2.5. Provisões:</b> As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Durante o exercício não foram identificados valores em processos judiciais a provisionar. <b>2.2.6. Debêntures:</b> As debêntures tomadas são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentadas pelo custo amortizado, isto é, acrescidas de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pró-rata temporis"). <b>2.2.7. Passivo circulante e não circulante:</b> Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e (ou) cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. <b>2.2.8. Imposto de renda e contribuição social (lucro presumido):</b> Definida pela Lei nº 7.689/88, foi calculado com base no lucro presumido (percentual de presunção do faturamento acrescido das demais receitas tributáveis), observando os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente, pelas alíquotas regulares de 15% acrescida de adicional de 10% para o Imposto de Renda e de 9% para a Contribuição Social. <b>2.2.9. Reconhecimento de receita:</b> Receitas de contratos por performance: as receitas da prestação de serviços de engenharia quando a remuneração do contrato administrativo é por performance/desempenho e reconhecida levando-se em consideração o as etapas contratuais do contrato administrativo, na fase de implantação o reconhecimento da receitas não leva em consideração o valor da bonificação, quando na próxima fase a de apuração da performance as metas contratuais estiverem sendo atendidas, há uma avaliação pela Administração sobre o reconhecimento ou não da receita referente ao valor da bonificação, acompanhando o estágio de execução de cada contrato, ou seja, o progresso de cada obrigação de desempenho satisfeita ao longo da vigência do contrato sendo o progresso da obrigação de desempenho medido pela proporção dos custos incorridos em relação ao total dos custos estimados, cumprindo os seguintes requisitos: • Identificação do Contrato e seu tipo de remuneração; • Identificação da fase contratual e da obrigação de desempenho; • Determinação do preço da transação; • Alocação do preço da transação; • Reconhecimento da receita. Receitas de contratos por preço unitário ou global: são mensuradas pelo valor da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidas ao cliente e outras deduções similares. A receita operacional é reconhecida quando a obrigação de desempenho é satisfeita, levando em consideração os seguintes indicadores de transferência de controle: (i) a Companhia possui um direito presente de pagamento pelo serviço; (ii) o cliente possui a titularidade legal do ativo; (iii) o cliente possui os riscos e benefícios significativos da propriedade do ativo; e (iv) o cliente aceitou o serviço. <b>2.2.10. Apuração do resultado:</b> Os resultados de serviços prestados de engenharia de projetos são registrados com base no regime de competência. <b>2.2.11. Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC):</b> As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) – IAS 7 – Demonstração dos fluxos de caixa. <b>2.3. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela</b>							
<b>Carlos José Teixeira Berenhauer</b> – Diretor Geral		<b>Eduardo Cerquetani</b> – Diretor Financeiro		<b>Thais Luz Fernandes</b> – CRS SP 1SP 338.313/0-4			
<b>Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis</b>							
Aos Acionistas e Administradores da Compuway Comercial e Serviços S.A. – São Paulo-SP				proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtenção intencional dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.			
Opinião sobre as demonstrações contábeis: Examinamos as demonstrações contábeis da Compuway Comercial e Serviços S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Compuway Comercial e Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. <b>Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:</b> Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. <b>Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:</b> A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação				da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda., uma empresa brasileira da sociedade simples, é membro da BDO Internacional Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas-membro independentes. BDO é nome comercial para a rede BDO e cada uma das firmas da BDO. <b>Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:</b> Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o			
São Paulo, 27 de março de 2025. <b>BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.</b> CRC 2 SP 013.846/0-1 <b>André Silva Moura</b> Contador CRC 1 SP 300.564/0-7							

**Dorris SP Participações S.A.**

CNPJ nº 12.909.302/0001-66

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: Senhores Acionistas: Em obediência às determinações legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial, bem como as demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Colocamo-nos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos complementares.

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS PERÍODOS FINDOS EM 31/12/2024 E 31/12/2023 (Saldos em R\$)**

Balanço Patrimonial				Demonstração das mutações do patrimônio líquido					
Controladora		Consolidado		Individual	Capital social	Reservas de lucros	Atribuível aos acionistas da controladora - AFAC	Lucros acumulados	Total Consolidado
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	Saldos em 31/12/2022	64.606.174,00	(6.568.123,62)	82.000,00	-	58.120.050,38
Caixa e equivalentes de caixa	1.255,09	883,15	1.727.168,29	9.711.047,03	-	822.990,67	-	-	822.990,67
Contas e aluguéis a receber	-	-	1.671.801,31	1.325.162,59	-	-	-	-	855.630,00
Adiantamentos a terceiros	-	-	679,00	4.470,75	-	-	-	-	8.695.757,96
Impostos a recuperar	348.440,40	323.779,79	437.137,87	400.550,44	-	434.787,90	-	-	(434.787,90)
Outros créditos	686.764,70	686.764,70	830.934,25	686.764,70	-	8.260.970,06	-	-	(8.260.970,06)
<b>Ativo circulante</b>	<b>1.036.460,19</b>	<b>1.011.427,64</b>	<b>4.667.720,72</b>	<b>12.127.995,51</b>	-	-	-	-	(4.005.605,90)
Outros créditos	-	-	1.091.914,06	1.107.243,21	64.606.174,00	(1.054.980,89)	937.630,00	-	64.488.823,11
Partes relacionadas	-	-	-	87.883,83	-	7.296,63	-	-	7.296,63
Investimentos	72.705.883,94	82.841.019,32	-	-	-	-	254.600,00	-	254.600,00
Propriedades para investimento	-	-	70.068.902,78	72.285.782,78	-	-	-	11.135.773,28	11.135.773,28
Intangível	-	-	2.822,59	8.229,90	-	-	-	-	(556.788,66)
<b>Ativo não circulante</b>	<b>72.705.883,94</b>	<b>82.841.019,32</b>	<b>71.163.639,43</b>	<b>73.489.139,72</b>	-	-	-	-	(10.578.984,62)
<b>Ativo</b>	<b>73.742.344,13</b>	<b>83.852.446,96</b>	<b>75.831.360,15</b>	<b>85.617.135,23</b>	-	-	-	-	(21.010.584,69)
Forneedores	604,08	1.742,63	200.422,47	115.073,75	64.606.174,00	(10.922.495,67)	1.192.230,00	-	54.875.908,33
Empréstimos e financiamentos	1.504.695,44	1.372.741,82	1.504.695,44	1.372.741,82	-	-	-	-	-
Obrigações sociais, trabalhistas e tributárias	172,81	210,15	821.093,27	645.530,07	-	-	-	-	-
Outras contas a pagar	-	-	-	47.549,19	-	-	-	-	-
<b>Passivo circulante</b>	<b>1.505.472,33</b>	<b>1.374.694,60</b>	<b>2.530.069,86</b>	<b>2.180.894,83</b>	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	17.351.310,57	17.980.412,66	17.351.310,57	17.980.412,66	-	-	-	-	-
Provisão para perdas nos investimentos	9.652,90	8.516,59	-	8.516,59	-	-	-	-	-
Provisão para riscos	-	-	990.080,42	721.694,60	-	-	-	-	-
Outras contas a pagar	-	-	83.991,93	236.794,29	-	-	-	-	-
<b>Passivo não circulante</b>	<b>17.360.963,47</b>	<b>17.988.929,25</b>	<b>18.425.382,92</b>	<b>18.947.418,14</b>	-	-	-	-	-
Capital social	64.606.174,00	64.606.174,00	64.606.174,00	64.606.174,00	-	-	-	-	-
Reservas de lucros	(22.058.268,95)	(9.750.738,85)	(22.058.268,95)	(9.750.738,85)	-	-	-	-	-
AFAC	1.192.230,00	937.630,00	1.192.230,00	937.630,00	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	11.135.773,28	8.695.757,96	11.135.773,28	8.695.757,96	-	-	-	-	-
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>54.875.908,33</b>	<b>64.488.823,11</b>	<b>54.875.908,33</b>	<b>64.488.823,11</b>	-	-	-	-	-
Participação de acionistas não controladores	-	-	(0,96)	(0,85)	-	-	-	-	-
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>	<b>73.742.344,13</b>	<b>83.852.446,96</b>	<b>75.831.360,15</b>	<b>85.617.135,23</b>	-	-	-	-	-

**Real Estate Duo 001 Guarujá Adm. de Bens Proprios S.A.**

CNPJ(ME) nº 23.568.433/0001-43

Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Sociais Encerrados em 31/12/2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de Reais)

BALANÇO PATRIMONIAL			
Ativo	2024	2023	Passivo
<b>Ativo circulante</b>	<b>93</b>	<b>2</b>	<b>Passivo circulante</b>
Disponibilidades	37	-	Outras obrigações
Caixa e bancos	37	-	Impostos e contribuições sobre salários
<b>Títulos e valores mobiliários</b>	<b>-</b>	<b>1</b>	Demais impostos e contribuições a recolher
Cotas de fundos de investimentos	-	-	1
Outros créditos	56	1	Diversos
Créditos tributários	1	1	Passivo não circulante
Diversos	55	-	Exigível a longo prazo
<b>Ativo não circulante</b>	<b>12.848</b>	<b>14.340</b>	Outras obrigações
Realizável a longo prazo	2.081	1.670	Diversos
Outros créditos	2.081	1.670	Patrimônio líquido
Diversos	2.081	1.670	Capital:
<b>Imobilizado de uso</b>	<b>10.767</b>	<b>12.670</b>	De domiciliados no país
Imóveis	13.348	13.348	Lucros / (prejuízos) acumulados
Outros bens do imob de uso	6.870	6.866	Patrimônio líquido atribuível aos controladores
(Depreciações acumuladas)	(9.451)	(7.544)	Total do passivo e PL
<b>Total do ativo</b>	<b>12.941</b>	<b>14.342</b>	<b>12.941</b>

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (Lei nº 11.638)**

	31/12/24	31/12/23
Despesas/receitas operacionais	(1.908)	(1.911)
Despesas gerais e administrativas	(1.908)	(1.896)
Outras despesas administrativas	(1.908)	(1.896)
Outras despesas operacionais	-	(15)
<b>Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos</b>	<b>(1.908)</b>	<b>(1.911)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>2</b>	<b>8</b>
<b>Receitas financeiras</b>	<b>2</b>	<b>8</b>
Rendas de aplicação interfinanceira de liquidez	1	6
Rendas de títulos e valores mobiliários	1	2
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>	<b>(1.906)</b>	<b>(1.903)</b>
<b>Resultado líquido das operações continuadas</b>	<b>(1.906)</b>	<b>(1.903)</b>
<b>Lucro / (prejuízo) do período</b>	<b>(1.906)</b>	<b>(1.903)</b>
Atribuído a sócios da empresa controladora	(1.906)	(1.903)
Atribuído a sócios não controladores	-	-
Nº de ações	20.185.920	20.185.920
Lucro (prejuízo) por ação:	(0,094)	(0,094)

A DIRETORIA: Reinaldo Dantas - Contador - CRC-1SP nº 110330/0-6

**VRE Lotemento S.A.**

CNPJ/MF nº 25.186.838/0001-42

Balanço Patrimonial - Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares)

Ativo	2024	2023	Passivo e Patrimônio Líquido	2024	2023
<b>Circulante</b>			<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	160	1.188	Obrigações trabalhistas e tributárias	-	-
Tributos a recuperar	32	30	Sócios a pagar	-	223
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>192</b>	<b>1.218</b>	Partes relacionadas	-	1.000
<b>Não Circulante</b>			<b>Total do passivo circulante</b>	<b>-</b>	<b>1.223</b>
Investimentos	19.044	20.136	<b>Não Circulante</b>		
Partes relacionadas	50	-	Contas a pagar	16.608	16.108
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>19.094</b>	<b>20.136</b>	<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>16.608</b>	<b>16.108</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>19.286</b>	<b>21.354</b>	<b>Patrimônio líquido</b>		
			Capital Social	3.029	3.029
			Prejuízo/Reservas de Lucros	(351)	994
			<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>2.678</b>	<b>4.023</b>
			<b>Total do Passivo</b>	<b>19.286</b>	<b>21.354</b>

**Demonstração do Resultado - Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares)**

	2024	2023		2024	2023
<b>Resultado</b>			(+/-) Resultado financeiro	51	10
(+/-) Despesas e receitas operacionais	(101)	(106)	(=) Resultado antes das provisões tributárias	(468)	(105)
Despesas administrativas	(1)	(1)	(=) Resultado Antes da Participação dos Sócios Não Controladores	(468)	(105)
Despesas tributárias	(1)	(1)	(=) Resultado do exercício	(468)	(105)
Resultado de equivalência patrimonial	(416)	(7)			
Outras Despesas e Receitas	(1)	(1)			
	(519)	(115)			

A Diretoria | William Moraes Lacerda - Contador CRC SP 282.069/0-1

**Real Estate Duo 002 Angra dos Reis Adm. Bens Proprios S.A.**

CNPJ(ME) nº 23.568.391/0001-40

Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Sociais Encerrados em 31/12/2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de Reais)

BALANÇO PATRIMONIAL			
Ativo	2024	2023	Passivo
<b>Ativo circulante</b>	<b>1.827</b>	<b>7.458</b>	<b>Passivo circulante</b>
Títulos e valores mobiliários	97	516	Outras obrigações
Cotas de fundos de investimentos	97	516	Impostos e contribuições sobre salários
<b>Outros créditos</b>	<b>1.730</b>	<b>6.942</b>	Demais impostos e contrib. a recolher
Rendas a receber	1.365	6.825	Provisões para pagamentos a efetuar
Créditos tributários	64	47	Diversos
Diversos	301	70	Passivo não circulante
<b>Ativo não circulante</b>	<b>30.572</b>	<b>36.234</b>	Exigível a longo prazo
Realizável a longo prazo	614	2.293	Outras obrigações
Outros créditos	614	2.293	Diversos
Diversos	614	2.293	Patrimônio líquido
<b>Investimentos</b>	<b>14.275</b>	<b>17.682</b>	Capital:
Outros investimentos	14.275	17.682	De domiciliados no país
<b>Imobilizado de uso</b>	<b>15.683</b>	<b>16.259</b>	Reservas de capital
Imóveis	16.850	16.850	Lucros / (prejuízos) acumulados
Outros bens do imob de uso	2.901	2.576	Patrimônio líquido atribuível aos controladores
(Depreciações acumuladas)	(4.068)	(3.167)	Total do passivo e PL
<b>Total do ativo</b>	<b>32.399</b>	<b>43.692</b>	<b>32.399</b>

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (Lei nº 11.638)**

	2024	2023
Despesas/receitas operacionais	(7.517)	(7.421)
Despesas gerais e administrativas	(6.090)	(5.416)
Despesas com pessoal	(644)	(507)
Outras despesas administrativas	(5.360)	(4.907)
Despesas tributárias	(86)	(2)
Outras despesas operacionais	(1.427)	(2.005)
<b>Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos</b>	<b>(7.517)</b>	<b>(7.421)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(6.511)</b>	<b>1.230</b>
<b>Receitas financeiras</b>	<b>40</b>	<b>1.230</b>
Rendas de aplicação interfinanceira de liquidez	3	54
Rendas de títulos e valores mobiliários	6	1.176
Variações monetárias e cambiais ativas	31	-
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(6.551)</b>	<b>-</b>
Prejuízos com títulos e valores mobiliários	(7)	-
Despesas com obrigações por empréstimos	(1.691)	-
Variações monetárias e cambiais passivas	(4.853)	-
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>	<b>(14.028)</b>	<b>(6.191)</b>
<b>Resultado líquido das operações continuadas</b>	<b>(14.028)</b>	<b>(6.191)</b>
<b>Lucro / (prejuízo) do período</b>	<b>(14.028)</b>	<b>(6.191)</b>
Atribuído a sócios da empresa controladora	(14.028)	(6.191)
Atribuído a sócios não controladores	-	-
Nº de ações	15.750.100	15.750.100
Lucro (prejuízo) por ação:	(0,891)	(0,393)

A DIRETORIA: Reinaldo Dantas - Contador - CRC-1SP nº 110330/0-6

**Neon Pagamentos S.A. Instituição de Pagamento**

CNPJ/ME nº 20.855.875/0001-82 - NIRE 35.300.476.581

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de janeiro de 2025

Data, hora e local: em 30/01/2025, às 11h, na sede social da Companhia. Convocação e presença: Dispensada, face a presença de acionistas representando a totalidade do capital social. Mesa: Presidente: Sr. Jamil Saud Marques; Secretária: Sra. Fernanda Solon. Deliberações da Ordem do dia: Por unanimidade e sem qualquer ressalva, deliberaram: 6.1 Tornar sem efeito a eleição da diretora, a Sra. Roberta Neves Valerio, RG nº 39238679-SSP/SP e CPF/MF nº 416.855.118-05, deliberado conforme item 6.1 da AGE 03.12.2024. 6.2 Ratificar para todos os fins a eleição do diretor, Sr. Marcos Muller Lopes Fonseca, RG nº MG12396703 - SSP/MG e CPF/MF nº 016.125.246-05, conforme item 6.1 da AGE de 03.12.2024. 6.3 Condiçãõada à aprovação do Banco Central do Brasil, confirmar a composição da Diretoria da Companhia conforme quadro a seguir, após aprovação do diretor conforme item 6.2 acima. O mandato dos Diretores listados se estenderá até a posse dos que forem eleitos na Assembleia Geral Ordinária que analisar as contas do exercício findo em 2024: • Pedro Henrique de Souza Conrade - Diretor Executivo I • Fernando Carvalho Botelho de Miranda - Diretor Executivo I • Jamil Saud Marques - Diretor Executivo II • Cristiano Fernandes da Silva - Diretor Executivo II • Juliana Noriko Yamada - Diretor Executivo II • Fernanda Solon - Diretor Executivo II • Alexandre Augusto Zaia Rodrigues - Diretor Executivo II • Fernando Henrique Montanari da Mota - Diretor Executivo II • Wagner Leão Costa Filho - Diretor Executivo II • Marcos Muller Lopes Fonseca - Diretor Executivo II. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. Mesa: Jamil Saud Marques, Presidente; e Fernanda Solon, Secretária. Acionista: Neon Holding Conglomerado Ltda. São Paulo, 30/01/2025. JUCESP. Certifico o registro sob o nº 94.314/25-1 em 17/03/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.



datamercantil.com.br

DATA MERCANTIL

SEMPRE DIVULGANDO SUAS INFORMAÇÕES E NÚMEROS COM TRANSPARENCIA, SEGURANÇA E QUALIDADE.

PUBLICIDADE LEGAL

Brassiter S/A Indústria e Comércio

CNPJ nº: 56.994.460/0001-37

Relatório da Diretoria

Senhores acionistas: Em cumprimento as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas, as demonstrações contábeis referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024. São Paulo, 31 de março de 2025.

Demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31.12.2024 e 2023 - (em milhares de R\$)

Table with financial statements for Brassiter S/A, including Balance Sheet, Cash Flow Statement, and Profit Statement for 2024 and 2023.

Cas Tecnologia S.A.

CNPJ nº 00.958.378/0001-00

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os Srs. Acionistas para uma Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a realizar-se no dia 30 de abril de 2025, às 10:00h, na sede social em São Paulo, SP, à Rua Dias Leme, 130, para tratar da seguinte ordem do dia: a) Aprovação das Demonstrações Contábeis do exercício de 2024 e destinação de seus resultados; b) Distribuição de dividendos; c) Emissão de ações Preferenciais Classe A. São Paulo, 15 de abril de 2025. Assinaturas: Welson Regis Jacometti, Diretor Presidente. (15, 16 e 17/04/2025)

Companhia Nitro Química Brasileira

CNPJ/MF nº 61.150.348/0001-50 - NIRE 35.300.054.547

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 31 de março de 2025

Data, hora e local: Em 31/03/2025, às 9hs, na sede da Companhia. Convocação e Presença: Dispensada a convocação. Presentes todos os membros do Conselho de Administração. Mesa: Presidente: Lucas Santos Rodas; Secretário: Guilherme Vidigal Andrade Gonçalves. Deliberações aprovadas: Os créditos de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) referentes ao 1º trimestre do exercício de 2025, no valor de R\$ 7.255.748,82, conforme balanço levantado no período de 01/Jan a 31/03/2025. a. A data do pagamento da remuneração ora deliberada será definida oportunamente pela administração da Companhia, com prazo limite de até 31/12/2026. b. Farão jus ao referido JCP os acionistas comprovadamente titulares das ações da Companhia na presente data, conforme espécie e classe de ações detidas e de acordo com as regras e parâmetros estabelecidos no Estatuto Social. c. Quando definido, o valor será pago sem remuneração ou atualização monetária, domicílio bancário fornecido pelos acionistas, líquido da retenção de 15% de Imposto de Renda na Fonte, exceto para os acionistas que sejam comprovadamente imunes ou isentos. Nada mais. São Paulo/SP, 31/03/2025. JUCESP nº 129.398/25-1 em 09/04/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

EPR Participações S.A.

CNPJ/MF nº 48.803.906/0001-70 - NIRE 3530060530-6

Ata de Assembleia Geral Ordinária

Data, Horário e Local: 04/04/2025, às 14hs, em São Paulo/SP. Convocação e Presença: Dispensada a convocação, em razão da presença dos acionistas titulares de 100% das ações de emissão da Companhia. Mesa: Presidente: Sr. José Carlos Cassaniga e Secretário: Sr. Enio Stein Júnior. Deliberações aprovadas: (i) Aprovada as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2024; (ii) consignar que não haverá distribuição do lucro líquido e pagamento de dividendos aos acionistas, tendo em vista que a Cia. apresentou prejuízo de R\$ 4.172.011,26 no exercício social encerrado em 31/12/2024; o resultado será destinado à conta de prejuízos acumulados da Cia.; e (iii) consignar que as publicações da Companhia têm sido e continuarão sendo realizadas no jornal "Data Mercantil", Nada mais. São Paulo/SP, 04/04/2025. JUCESP nº 131.176/25-0 em 11/04/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

HMC Consultoria e Participações S/A

CNPJ Nº 23.680.782/0001-52

Segunda Convocação de Assembleia Geral Extraordinária

Convidamos os senhores acionistas para a segunda convocação da Assembleia Geral Extraordinária, que se realizará no dia 22 de abril de 2025 às 9h na sede social, sita na Estrada dos Índios, 1060, na cidade de Itaquaquecetuba-SP, com a seguinte Ordem do Dia: a) deliberar sobre a redução do capital social; b) debater a dissolução da Sociedade e nomear um liquidante. Itaquaquecetuba, 14 de abril de 2025. (12, 15 e 16/04/2025)

Acesse nosso site e fique por dentro das principais notícias do dia: datamercantil.com.br

Itochu Brasil S.A.

CNPJ nº. 61.274.155/0001-00

Relatório da Diretoria

Prezados senhores: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, permanecendo à disposição dos Senhores Acionistas para esclarecimentos. São Paulo, 31 de Março de 2025.

Balanco Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - (Em Reais)

Table with financial statements for Itochu Brasil S.A., including Balance Sheet and Cash Flow Statement for 2024 and 2023.

Demonstrações de Resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - (Em Reais)

Table with financial statements for Itochu Brasil S.A., including Profit Statement and Cash Flow Statement for 2024 and 2023.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - (Em Reais)
1. Contexto Operacional - A empresa tem por objetivo a representação, importação, exportação, industrialização e comércio em geral.
2. Apresentação das demonstrações financeiras - As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira.
3. Imobilizado - Edifícios, Instalações, Móveis e Utensílios, Equipamentos de Processamento Eletrônico de Dados, Sistemas Aplicativos Softwares, Veículos.
4. Capital - O Capital Social de R\$.18.193.834,27 está dividido em 6.879.841 ações ordinárias nominativas e 789.223 ações preferenciais nominativas. Capital Estrangeiro 18.193.834,27

Cotação das Moedas



- Coroa (Suécia) - 0,5976
Dólar (EUA) - 5,8425
Franco (Suíça) - 7,1784
Iene (Japão) - 0,04087
Libra (Inglaterra) - 7,6963
Peso (Argentina) - 0,00491
Peso (Chile) - 0,00604
Peso (México) - 0,2903
Peso (Uruguai) - 0,137
Yuan (China) - 0,799
Rublo (Rússia) - 0,07103
Euro (Unidade Monetária Europeia) - 6,6359

## DÓLAR

compra/venda

Câmbio livre BC -

R\$ 5,8419 /

R\$ 5,8425 \*\*

Câmbio livre mercado

- R\$ 5,8493 /

R\$ 5,8513 \*

Turismo - R\$ 5,9024 /

R\$ 6,0824

(\*) cotação média do mercado

(\*\*) cotação do Banco Central

Variação do câmbio livre mercado no dia: -0,29%

## BOLSAS

B3 (Ibovespa)

Variação: 1,39%

Pontos: 129.453

Volume financeiro:

R\$ 21,655 bilhões

Majores altas:

Azul PN (12,33%),

IRB ON (5,76%), CSN

Mineração ON (4,65%)

Majores baixas:

Minerva ON (-2,87%),

Petrório ON (-1,49%),

Natura ON (-1,28%)

S&amp;P 500 (Nova York):

0,79%

Dow Jones (Nova

York): 0,78%

Nasdaq (Nova York):

0,64%

CAC 40 (Paris): 2,37%

Dax 30 (Frankfurt):

2,85%

Financial 100

(Londres): 2,14%

Nikkei 225

(Tóquio): 1,18%

Hang Seng

(Hong Kong): 2,4%

Shanghai Composite

(Xangai): 0,76%

CSI 300

(Xangai e Shenzhen):

0,23%

Merval (Buenos Aires):

5,16%

IPC (México): 1,73%

## ÍNDICES DE INFLAÇÃO

IPCA/IBGE

Fevereiro 2024: 0,83%

Março 2024: 0,16%

Abril 2024: 0,38%

Maio 2024: 0,46%

Junho 2024: 0,21%

Julho 2024: 0,38%

Agosto 2024: -0,02%

Setembro 2024: 0,44%

Outubro 2024: 0,56%

Novembro 2024:

0,39%

Dezembro 2024:

0,52%

Janeiro 2025: 0,16%

Fevereiro 2025: 1,31%

## International School Serviços de Ensino, Treinamento e Editoração Franqueadora S.A.

CNPJ/MF nº 18.082.788/0001-98 - NIRE 35.300.486.692

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária da **International School Serviços de Ensino, Treinamento e Editoração Franqueadora S.A.** ("Companhia"), que será realizada em 25 de abril de 2025, às 10h, na modalidade digital, cujo acesso será pelo link eletrônico, conforme instrução de participação e voto a distância descrita abaixo, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) tomar as contas dos administradores, examinar e discutir as demonstrações financeiras; e (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos. São Paulo/SP, 11 de abril de 2025. **Ulisses Borges Cardinot** - Presidente do Conselho de Administração. **Instruções para participação na Assembleia Geral Ordinária da International School Serviços de Ensino, Treinamento e Editoração Franqueadora S.A.** Conforme autorizado pelo artigo 121, parágrafo único, da Lei das S.A., a Assembleia Geral Ordinária será realizada na modalidade exclusivamente digital, podendo V.Sa. participar e votar por meio do sistema eletrônico com acesso ao link a videoconferência. Para participar e votar, por meio de sistema eletrônico, V.Sa. deverá enviar solicitação à Companhia, acompanhada de cópia do documento de identidade ou cópia do instrumento de mandato, devidamente regularizado na forma da lei e do Estatuto Social da Companhia, na hipótese de representação por procurador, para o endereço de e-mail [cesar.faroli@internationalschool.global](mailto:cesar.faroli@internationalschool.global), em até 2 (dois) dias antes da data de realização da Assembleia Geral Ordinária. Uma vez recebido o e-mail referido acima e verificada a regularidade dos documentos apresentados, a Companhia enviará a V.Sa. as regras para participação e os procedimentos necessários e suficientes para acesso e utilização do sistema eletrônico. O sistema eletrônico de videoconferência, assegurará: (a) a segurança, a confiabilidade e a transparência da Assembleia Geral Ordinária; (b) o registro da presença dos acionistas e dos respectivos votos; (c) a preservação do direito de participação a distância do acionista durante toda a Assembleia Geral Ordinária; (d) o exercício do direito de voto a distância por parte do acionista, bem como o seu respectivo registro; (e) a possibilidade de visualização de documentos apresentados durante a Assembleia Geral Ordinária; (f) a possibilidade de a mesa receber manifestações escritas dos acionistas; (g) a gravação integral da Assembleia Geral Ordinária, que ficará arquivada na sede da Companhia; (h) a participação de administradores, pessoas autorizadas a participar da Assembleia Geral Ordinária e pessoas cuja participação seja obrigatória; e (i) a possibilidade de comunicação entre acionistas. Os documentos e informações referentes aos assuntos da pauta da Assembleia Geral Ordinária estão disponíveis sob a forma digital, podendo ser requisitados pelos acionistas interessados. (14, 15 e 16/04/2025)

## Moorea Participações Ltda.

CNPJ/MF nº 58.865.391/0001-97 - NIRE 35.265.882.141

Instrumento Particular de 1ª Alteração de Contrato Social para a Transformação de Tipo Jurídico de Sociedade Limitada em Sociedade Anônima

Pelo presente Instrumento Particular: (i) **Tayná Gomes da Silva**, brasileira, empresária; e (ii) **Lauanda Kathleen Cardoso Gomes**, brasileira, empresária, sócias quotistas representando a totalidade do capital social votante da pessoa jurídica denominada **Moorea Participações Ltda.**, CNPJ/MF nº 58.865.391/0001-97, resolvem, na melhor forma de direito, alterar e consequentemente transformar o tipo jurídico da Sociedade, o qual passará de Sociedade Limitada para Sociedade Anônima de Capital Fechado, nos termos do artigo 1.113 e seguintes da Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (o "Código Civil"), conforme segue: 1.1. Aprovaram os acionistas a transformação do tipo jurídico da Sociedade em sociedade anônima de capital fechado, nos termos dos artigos 1.113 e seguintes do Código Civil. 2.1. Aprovaram os acionistas a conversão da totalidade de 1.000 (mil) de quotas sociais, totalmente integralizadas, representativas do capital social da Sociedade, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada quota, em 1.000 (mil) Ações Ordinárias Nominativas, sem valor nominal, as quais são emitidas pela Sociedade e inscritas em sua integralidade pelo acionista, conforme Boletins de Subscrição. 3.1. Aprovaram os acionistas a alteração do nome empresarial da Sociedade, que passará a girar sob a denominação social de "**Moorea Participações S.A.**", bem como esclarecem, ainda, que a Sociedade passará a ser designada simplesmente como "**Companhia**" e permanecerá com a mesma escrituração, atendidas as exigências fiscais e contábeis, e continuará, sem nenhuma interrupção, com todos os seus negócios sociais. 4.1. Aprovaram a eleição do novo Diretor Presidente da Companhia, **Tayná Gomes da Silva**, brasileira, empresária, para ocupar o cargo de **Diretor Presidente** da Companhia, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no ano de 2028, permitida a reeleição, nos termos do Estatuto Social da Companhia. 5.1. Aprovaram a nova redação do Estatuto Social da Companhia. 6.1. Em decorrência da deliberação acima, resolve o acionista aprovar o Estatuto Social que passará a reger a Companhia, nos termos deste instrumento. Nada mais. São Paulo, 15 de janeiro de 2025. JUCESP/NIRE nº 3530065594-0. JUCESP nº 24.890/25-0 em 23/01/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

## Dryx Participações Ltda.

CNPJ/MF nº 58.828.149/0001-43 - NIRE: 35.265.871.521

Instrumento Particular de 1ª Alteração de Contrato Social para a Transformação de Tipo Jurídico de Sociedade Limitada em Sociedade Anônima

Pelo presente Instrumento Particular: (i) **Tayná Gomes da Silva**, brasileira, empresária; e (ii) **Lauanda Kathleen Cardoso Gomes**, brasileira, empresária, sócias quotistas representando a totalidade do capital social votante da pessoa jurídica denominada **Dryx Participações Ltda.**, CNPJ/MF nº 58.828.149/0001-43, resolvem, na melhor forma de direito, alterar e consequentemente transformar o tipo jurídico da Sociedade, o qual passará de Sociedade Limitada para Sociedade Anônima de Capital Fechado, nos termos do artigo 1.113 e seguintes da Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (o "Código Civil"), conforme segue: 1.1. Aprovaram os acionistas a transformação do tipo jurídico da Sociedade em sociedade anônima de capital fechado, nos termos dos artigos 1.113 e seguintes do Código Civil. 2.1. Aprovaram os acionistas a conversão da totalidade de 1.000 (mil) de quotas sociais, totalmente integralizadas, representativas do capital social da Sociedade, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada quota, em 1.000 (mil) Ações Ordinárias Nominativas, sem valor nominal, as quais são emitidas pela Sociedade e inscritas em sua integralidade pelo acionista, conforme Boletins de Subscrição. 3.1. Aprovaram os acionistas a alteração do nome empresarial da Sociedade, que passará a girar sob a denominação social de "**Dryx Participações S.A.**", bem como esclarecem, ainda, que a Sociedade passará a ser designada simplesmente como "**Companhia**" e permanecerá com a mesma escrituração, atendidas as exigências fiscais e contábeis, e continuará, sem nenhuma interrupção, com todos os seus negócios sociais. 4.1. Aprovaram a eleição do novo Diretor Presidente da Companhia, **Tayná Gomes da Silva**, brasileira, empresária, para ocupar o cargo de **Diretor Presidente** da Companhia, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no ano de 2028, permitida a reeleição, nos termos do Estatuto Social da Companhia. 5.1. Aprovaram a nova redação do Estatuto Social da Companhia anexo que, uma vez devidamente assinado pelos signatários deste instrumento, reescrito, alterado e adequado para atender os requisitos da LSA. 6.1. Em decorrência da deliberação acima, resolve o acionista aprovar o Estatuto Social que passará a reger a Companhia, nos termos deste instrumento. Nada mais. São Paulo, 15 de janeiro de 2025. JUCESP nº 24.889/25-8 em 23/01/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

## Albrigg Defesa Ambiental S.A.

CNPJ nº 04.050.400/0001-62 - NIRE 35.300.1808-79

Edital de 1ª Convocação - Assembleia Geral Ordinária

São convocados os senhores acionistas a se reunirem em assembleia geral ordinária em primeira convocação, a realizar-se no dia 25 de abril de 2025 às 11:00 horas, na sede social, à Avenida Jabaquara, nº 3.060 - 3º andar - Bairro Mirandópolis - São Paulo/SP, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias: **1)** Exame, discussão e votação do Relatório da Administração, Balanço Patrimonial e demais peças das Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024; **2)** Destinação do resultado exercício e constituição da reserva legal; **3)** Outros assuntos de interesse dos acionistas. Aham-se à disposição dos senhores acionistas, na sede Social, os documentos da Administração, exigidos pelo artigo 133 da Lei nº 6.404/76 São Paulo, 14 de abril de 2025. **Valter Carmona**, Diretor Administrativo e Financeiro. (15, 16 e 17/04/2025)

## VRE D2 S.A.

CNPJ/MF nº 17.825.402/0001-28

Balanço Patrimonial - Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares)					
	2024	2023	Passivo e Patrimônio Líquido	2024	2023
<b>Ativo Circulante</b>			<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	991	1.106	Fornecedores	1	2
Tributos a recuperar	111	220	Obrigações tributárias	1	2
Outros créditos	-	-	Contas a pagar	812	560
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>1.102</b>	<b>1.326</b>	Dividendos a pagar	215	215
			<b>Total do passivo circulante</b>	<b>1.029</b>	<b>779</b>
<b>Não Circulante</b>			<b>Não Circulante</b>		
Propriedade para investimento	4.335	4.335	Provisão para perda com investimento	42	45
Investimentos	2.058	7.828	<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>42</b>	<b>45</b>
Partes relacionadas	-	2	<b>Patrimônio líquido</b>		
Outros créditos	19	11	Capital Social	8.231	11.881
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>6.412</b>	<b>12.176</b>	Prejuízo/Reservas de Lucros	(1.788)	797
			<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>6.443</b>	<b>12.678</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>7.514</b>	<b>13.502</b>	<b>Total do Passivo</b>	<b>7.514</b>	<b>13.502</b>
Demonstração do Resultado - Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares)					
	2024	2023	Resultado	2024	2023
(+/-) Despesas e receitas operacionais			(+/-) Outras Receitas e Despesas		
Despesas administrativas	(293)	(312)	não operacionais	(21)	(18)
Despesas tributárias	(1)	-	<b>(=) Resultado antes das provisões tributárias</b>	<b>(2.585)</b>	<b>(1.272)</b>
Outras despesas	-	-	<b>(=) Resultado Antes da Participação dos Sócios Não Controladores</b>	<b>(2.585)</b>	<b>(1.272)</b>
Resultado de equivalência patrimonial	(2.273)	(940)	<b>(=) Resultado do exercício</b>	<b>(2.585)</b>	<b>(1.272)</b>
	<b>(2.567)</b>	<b>(1.252)</b>			
(+/-) Resultado financeiro	3	(2)			

Contador: **William Lacerda** - CRC: SP 282.069/O-1  
Responsável: **Marcelo Rezende Rainho Teixeira**

## Chongtar Empreendimentos e Participações S.A.

(em fase de organização)

Ata de Assembleia Geral de Constituição

Data, Hora e Local: 23/04/2024, às 16:00 horas, na Rua Padre Luciano, 97 - Jardim França, São Paulo-SP.  
Convocação e Presença: Dispensada a convocação prévia, face à presença da totalidade dos subscritores do capital social inicial da Companhia. Deliberações: Aprovar a constituição de uma sociedade anônima sob a denominação de **Chongtar Empreendimentos e Participações S.A.** com Sede e Foro em São Paulo-SP, na Rua Padre Luciano, 97 - Jardim França. Aprovar o capital social inicial de R\$ 150,00, representado por 150 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente subscritas neste ato. Aprovar o projeto de Estatuto Social da Companhia, dando-se assim por efetivamente constituída a **Chongtar Empreendimentos e Participações S.A.**. Eleger o Sr. **Edson Vicente da Silva Filho**, RG nº 48.351.732-X (SSP-SP) e CPF nº 366.209.668.45, ao cargo de Diretor Presidente, e a Sra. **Gabriela Albuquerque Pace**, RG nº 44.072.471-5 SSP-SP e CPF nº 352.021.748-10, ao cargo de Diretora sem designação específica, ambos com mandato de 2 anos, os quais declaram não estarem incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer atividade mercantil. Autorizar a lavratura desta ata. Encerramento: Nada mais a tratar. São Paulo, 23/04/2024. **Edson Vicente da Silva Filho** - Presidente; **Gabriela Albuquerque Pace** - Secretária. **Estatuto Social. Capítulo I - Da Denominação, Sede, Foro, Prazo de Duração e Objeto.** Artigo 1º. A **Chongtar Empreendimentos e Participações S.A.** é uma sociedade anônima, que se regerá pelas leis e usos do comércio, por este estatuto social e pelas disposições legais e aplicáveis. Artigo 2º. A sociedade terá por objeto a) Administração de imóveis próprios, e b) Participação em outras sociedades civis ou comerciais, como sócia, acionista ou quotista (holding). Artigo 3º. A Companhia tem sede e foro na Cidade do São Paulo, Estado do São Paulo, Rua Padre Luciano, 97 - Jardim França - CEP 02337-080, São Paulo, Estado de São Paulo, podendo por deliberação da Diretoria, criar e extinguir filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios de representação em qualquer parte do território nacional ou no exterior. Artigo 4º. O jornal de grande circulação que a empresa utiliza para publicação de seus atos e documentos é o jornal Data Mercantil, de forma impressa e digital. Artigo 5º. A Companhia iniciará suas atividades em 11/04/2024, e seu prazo de duração será indeterminado. **Capítulo II - Do Capital Social e Ações.** Artigo 6º. O Capital Social da Companhia é de R\$ 150,00, dividido em 150 ordinárias todas nominativas e sem valor nominal. § 1º. Todas as ações da Companhia serão nominativas, facultada adoção da forma escritural, em conta corrente de depósito mantida em nome de seus titulares, junto à instituição financeira indicada pela Diretoria, podendo ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o parágrafo 3º do artigo 35 da Lei 6.404/76. § 2º. A cada ação ordinária corresponde a um voto nas Assembleias Gerais. § 3º. A capitalização de lucros ou de reservas será obrigatoriamente efetuada sem modificação do número de ações. O grupamento e o desdobramento de ações são também expressamente proibidos, exceto se previamente aprovado em Assembleia Especial, por acionistas representando a maioria das ações ordinárias. § 4º. Poderão ser emitidas sem direito de preferência para os antigos acionistas, ações, debêntures ou partes beneficiárias conversíveis em ações e bônus de subscrição cuja colocação seja feita por uma das formas previstas no artigo 172 da Lei 6.404/76, desde que a eliminação do direito de preferência seja previamente aprovada em Assembleia especial, por acionistas representando a maioria das ações ordinárias. § 5º. A alteração deste Estatuto Social na parte que regula a diversidade de espécies e/ou classes de ações não requererá a concordância de todos os titulares das ações atíngidas, sendo suficiente a aprovação de acionistas que representem a maioria tanto do conjunto das ações com direito a voto, quando de cada espécie ou classe. § 6º. A emissão de debêntures conversíveis, bônus de subscrição, outros títulos ou valores mobiliários conversíveis em ações e partes beneficiárias, estas conversíveis ou não, bem como a outorga de opção de compra de ações dependerá da prévia aprovação de acionistas representando a maioria das ações de cada espécie ou classe de ações. Artigo 7º. Os certificados representativos das ações serão sempre assinados por dois Diretores, ou mandatários com poderes especiais, podendo a Companhia emitir títulos múltiplos ou cautelares. Parágrafo Único. Nas substituições de certificados, bem como na expedição de segunda via de certificados de ações nominativas, será cobrada uma taxa relativa aos custos incorridos. Artigo 8º. O montante a ser pago pela Companhia a título de reembolso pelas ações detidas por acionistas que tenham exercido direito de retirada, nos casos autorizados por lei, deverá corresponder ao valor econômico de tais ações, a ser apurado de acordo com o procedimento de avaliação aceita pela Lei nº 9.457/97, sempre que tal valor for inferior ao valor patrimonial apurado de acordo com o artigo 45 da Lei nº 6.404/76. Artigo 9º. A Companhia só registrará a transferência de ações se forem observadas as disposições pertinentes do Acordo de Acionistas, desde que esteja arquivado em sua sede. **Capítulo III - Da Administração.** Artigo 10º. A Companhia será administrada por uma Diretoria, composta por 2 Diretores, sendo um Diretor-Presidente e um Diretor sem designação específica, residentes no País, acionistas ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, observado o disposto neste Estatuto. § 1º. O mandato da Diretoria será de 02 anos, permitida a reeleição, sendo o mandato prorrogado, automaticamente, até a eleição e posse dos respectivos substitutos. § 2º. A investidura dos Diretores far-se-á mediante termo lavrado no livro de "Atas das Reuniões da Diretoria". Os Diretores reeleitos serão investidos nos seus cargos pela própria Assembleia Geral, dispensadas quaisquer outras formalidades. § 3º. Em caso de vaga, será convocada a Assembleia Geral para eleição do respectivo substituto, que completará o mandato do Diretor substituído, com observância dos direitos de eleição em separado previstos no § 2º do artigo 5º deste Estatuto. § 4º. Em suas ausências ou impedimentos eventuais, os Diretores serão substituídos por quem vierem a indicar. § 5º. Compete a Diretoria conceder licença aos Diretores, sendo que esta não poderá exceder a 30 dias, quando remunerada. § 6º. A remuneração dos Diretores será fixada pela Assembleia Geral, em montante global ou individual, ficando os Diretores dispensados de prestar caução em garantia de sua gestão. Artigo 11º. A Diretoria terá plenos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, para a prática de todos os atos e realização de todas as operações que se relacionarem com o objeto social, observado o disposto neste Estatuto. § 1º. Além das demais matérias submetidas a sua apreciação por este Estatuto, compete à Diretoria, reunida em colegiado: a) Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; b) Fiscalizar a gestão dos Diretores, examinarem, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos; c) Manifestar-se previamente sobre os relatórios, contas e orçamentos e propostas elaboradas pelos Diretores para apresentação à Assembleia Geral; e d) Distribuir entre os membros da Diretoria, a verba global dos Diretores, fixarem em Assembleia Geral, se for o caso. § 2º. A Diretoria reunir-se-á preferencialmente na Sede Social, sempre que convier aos interesses sociais, por convocação escrita, com indicação circunstanciada da ordem do dia, inscrita pelo Diretor Presidente, com antecedência mínima de 3 dias, exceto se a convocação e/ou o prazo forem renunciados, por escrito, por todos os Diretores. § 3º. A Diretoria somente se reunirá com a presença de, no mínimo, 2 Diretores, considerando-se presente o Diretor que enviar voto escrito sobre as matérias objeto da ordem do dia. § 4º. As decisões da Diretoria serão tomadas pelo voto favorável da maioria de seus membros presentes à reunião. § 5º. As reuniões da Diretoria serão objeto de atas circunstanciadas, lavradas em livro próprio. Artigo 12º. Os Diretores terão a representação ativa e passiva da Companhia, incumbindo-lhes executar e fazer executar, dentro das respectivas atribuições, as deliberações tomadas pela Diretoria e pela Assembleia Geral, nos limites estabelecidos pelo presente Estatuto. Artigo 13º. A Companhia somente poderá assumir obrigações, renunciar a direitos, transigir, dar quitação, alienar ou onerar bens do ativo permanente, bem como emitir, garantir ou endossar cheques ou títulos de crédito, mediante instrumento assinado pelo Diretor Presidente, isoladamente, por 2 Diretores, em conjunto, por 1 Diretor e 1 mandatário ou, ainda, por 2 mandatários, constituídos especialmente para tal, observados quanto à nomeação de mandatários o disposto no parágrafo 1º deste artigo. § 1º. Os instrumentos de mandato outorgados pela Companhia serão sempre assinados pelo Diretor Presidente, isoladamente, ou por 2 Diretores, devendo especificar os poderes concedidos e terão prazo certo de duração, limitado há um ano, exceto no caso de mandato judicial, que poderá ser por prazo indeterminado. § 2º. Excepcionalmente, a Companhia poderá ser representada nos atos a que se refere o Caput deste artigo mediante a assinatura isolada de um Diretor ou de um mandatário, desde que haja, em cada caso específico, autorização expressa da Diretoria. **Capítulo IV - Assembleia Geral.** Artigo 14º. A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 meses subsequentes ao término do exercício social para fins previstos em lei e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem. § 1º. A Assembleia Geral poderá ser convocada, na forma da lei, por quaisquer 2 Diretores e será presidida pelo Diretor Presidente, que designará um ou mais secretários. § 2º. As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei, e neste estatuto, serão tomadas por maioria de votos, não se computando os votos em branco. § 3º. Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por mandatários nomeados na forma do § 1º do artigo 126 da Lei 6.404/76, devendo os respectivos instrumentos de mandato ser depositados, na sede social, com 03 dias de antecedência da data marcada para realização da Assembleia Geral. **Capítulo V - Conselho Fiscal.** Artigo 15º. O Conselho Fiscal da Companhia, que não terá caráter permanente, somente será instalado quando por solicitação dos acionistas na forma da Lei, e será composto por 3 membros efetivos e 3 membros suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia geral em que for requerido o seu funcionamento. § 1º. Os membros do Conselho Fiscal, quando em exercício, terão direito a remuneração a ser fixada pela Assembleia Geral que os eleger. § 2º. As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos e lançadas no livro próprio. **Capítulo VI - Exercício Social e Lucros.** Artigo 16º. O exercício social terminará no dia 02 de março de cada ano. Ao fim de cada exercício a Diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil, as demonstrações financeiras previstas em Lei, observadas as normas então vigentes, as quais compreenderão a proposta de destinação do lucro do exercício. Artigo 17º. Do resultado apurado no exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, 5% serão aplicados na constituição da reserva legal, a qual não excederá o importe de 20% do capital social. Do saldo, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, se existente, 25% serão atribuídos ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório. § 1º. Atribuir-se-á Reserva para Investimentos, que não excederá a 80% do Capital Social subscrito, importância não inferior a 5% e não superior a 75% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, com a finalidade de financiar a expansão das atividades da Companhia e/ou de suas empresas controladas e coligadas, inclusive através da subscrição de aumentos de capital, ou a criação de novos empreendimentos. § 2º. O saldo do lucro líquido ajustado, se houver, terá a destinação que lhe for atribuída pela Assembleia Geral. Artigo 18º. Os dividendos atribuídos aos acionistas serão pagos nos prazos da lei, somente incidindo correção monetária e/ou juros se assim for determinado pela Assembleia Geral, e, se não reclamados dentro de 3 anos contados da publicação do ato que autorizou sua distribuição, prescreverão em favor da Companhia. Artigo 19º. A Companhia poderá levantar balanços semestrais, ou em períodos menores, e declarar, por deliberação da Assembleia Geral, dividendos a conta de lucros apurado nesses balanços, por conta do total a ser distribuído ao término do respectivo exercício social, observadas as limitações previstas em lei. § 1º. Ainda por deliberação da Assembleia Geral, poderão ser declarados dividendos intermediários, à sua conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço levantado, inclusive à conta da reserva para Investimentos a que a que se refere o § 1º do artigo 16. § 2º. Também, mediante decisão da Assembleia Geral, os dividendos ou dividendos intermediários poderão ser pagos a título de juros sobre o capital social. § 3º. Dividendos intermediários deverão sempre ser creditados e considerados como antecipação do dividendo obrigatório. **Capítulo VII - Liquidação.** Artigo 20º. A Companhia somente será dissolvida e entrará em liquidação por deliberação da Assembleia Geral ou nos demais casos previstos em lei. § 1º. A Assembleia Geral que deliberar sobre a liquidação caberá nomear o respectivo liquidante e fixar-lhe a remuneração. § 2º. A Assembleia Geral, se assim solicitarem acionistas que representem o número fixado em lei, elegerá o Conselho Fiscal, para o período da liquidação. Acionistas: **Gabriela Albuquerque Pace** e **Edson Vicente da Silva Filho**. Certifico que a presente Ata é cópia fiel da via lavrada em livro próprio. São Paulo, 23/04/2024. **Edson Vicente da Silva Filho** - Presidente; **Gabriela Albuquerque Pace** - Secretária. Visto do Advogado Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o NIRE 35.300.650.492 em 04/11/2024. **Aloizio Epifanio Soares Junior** - Secretário Geral em Exercício.

Acesse nosso site e fique por dentro das principais notícias do dia:

[datamercantil.com.br](http://datamercantil.com.br)

## Aquamec Indústria e Comércio de Equipamentos S.A.

CNPJ nº 21.998.472/0001-55 - NIRE 35.300.586.972

Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de fevereiro de 2025

**Data/hora/local:** Em 28/02/2025, às 10hs, em sua sede social. **Convocação e presença:** Dispensada a convocação. Presentes acionistas representando a totalidade do capital social. **Mesa:** Marco Antonio Gutfreund Formicola, Presidente; Valter Carmona, Secretário. **Deliberações aprovadas:** a) Aprovada a reeleição dos membros da atual diretoria; b) Alterar o Estatuto Social quanto competência da diretoria, definindo-se que para celebração de contratos e prática de atos jurídicos que gerem obrigações para a Sociedade, em valores superiores a R\$ 200.000,00, haverá necessidade de assinaturas conjuntas de dois diretores ou um diretor e um procurador, sendo necessariamente um deles o diretor Presidente ou o Diretor Vice-Presidente. c) Estabelecer a remuneração global máxima da diretoria em até R\$ 800.000,00, por ano. d) Aprovada a consolidação do Estatuto Social. Nada mais. São Paulo (SP), 28/02/2025. JUCESP nº 126.654/25-6 em 04/04/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

**ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO. Capítulo I - Da Denominação, Sede, Duração e Objeto. Artigo 1º** - Sob a denominação de **Aquamec Indústria e Comércio de Equipamentos S.A.**, fica constituída uma sociedade anônima, que se regerá por este Estatuto e, nos casos omissos, pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

**Artigo 2º** - O objeto da sociedade será o de (i) fabricação, montagem e comercialização de equipamentos e sistemas para tratamento de águas e efluentes (CNAE-28259/00); (ii) manutenção e reparação de máquinas e aparelhos para saneamento básico e ambiental (CNAE 33-14-7/10); fabricação, montagem e comercialização de válvulas (CNAE 2813-5/00); (iii) fabricação, montagem e comercialização de bombas (CNAE 2812-7/00); (iv) fabricação, montagem e comercialização de equipamentos e sistemas para contenção e captação de petróleo e seus derivados (CNAE 2825-9/00); (v) manutenção, reparação e instalação de válvulas (CNAE 3314-7/03); (vi) manutenção, reparação e instalação de bombas hidráulicas (CNAE 3314-7/02); (vii) locação e o arrendamento de bombas e válvulas em geral, equipamentos e sistema de contenção e captação de petróleo e derivados. Equipamentos e sistema de abastecimento e de tratamento de água e efluentes, a pessoa física ou jurídica de direito público ou privado (CNAE 7739-0/99); (viii) prestação de serviços de engenharia e consultoria nas áreas de tratamento de água e efluentes, contenção e captação de derrames de petróleo e seus derivados (CNAE 71.12-0/00); (ix) participação de processos licitatório/concorrências para celebração de contratos/parceiras atinentes ao seu objeto social e seus derivados derramados em água em terra, no Brasil e no exterior, agir como agente, representante e licenciada de quaisquer produtos ou serviços de empresas estabelecidas dentro ou fora do país (CNAE 46.14-1/00); (x) participação, como sócia ou acionista, em outras sociedades e em empreendimentos comerciais conexos ao seu objeto social (CNAE 64.63-8/00); (xi) prestação de serviços de limpeza, contenção e captação de derrames de óleo, podendo inclusive estabelecer centros de combate a derrames de óleo (CNAE 39.00-5/00). **Artigo 3º** - A sociedade terá a sua sede, domicílio legal e foro na cidade de Itu, Estado de São Paulo, sito a Avenida Tiradentes, nº 2.620, Parque Industrial, CEP 13309-640, podendo criar e manter sucursais, agências, filiais e escritórios em todo o território nacional, a critério da Diretoria.

**Artigo 4º** - O prazo de duração da sociedade será indeterminado. **Capítulo II - Do Capital Social e das Ações. Artigo 5º** - O capital social é de R\$ 38.500.000,00 dividido em 38.500.000 ações ordinárias e nominativas. **Parágrafo único** - Somente os titulares de ações ordinárias poderão exercer o direito a voto. **Artigo 6º** - Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **Artigo 7º** - Na ocasião de aumento do capital social da Sociedade, somente os Acionistas com ações ordinárias terão direito de preferência para subscreverem as novas ações, na proporção de suas respectivas participações no capital social, observadas as disposições da Lei 6.404/76. §1º - Os Acionistas poderão exercer o Direito de Preferência proporcionalmente à participação de cada um deles no capital social da Sociedade. §2º - O Direito de Preferência será exercido por meio de notificação por escrito ("Notificação do Exercício"), enviada pelos Acionistas ao Vendedor em Potencial, com cópia para Sociedade em até 30 dias contados do recebimento da Notificação de Venda. **Artigo 8º** - A sociedade emitirá certificados, cautelares ou títulos múltiplos representativos de ações aos seus acionistas, sempre à ocasião de sua subscrição. **Capítulo III - Da Assembleia Geral. Artigo 9º** - As Assembleias Gerais são ordinárias ou extraordinárias, presididas pelo Diretor Presidente e, na sua ausência ou impedimento, pelo acionista escolhido entre os presentes, a quem caberá escolher o secretário.

**Artigo 10º** - A Assembleia Geral Ordinária se reunirá anualmente, nos quatro primeiros meses de cada ano, para discutir, examinar e aprovar o relatório, demonstrações contábeis e demais contas de Diretoria, assim como o parecer de Conselho Fiscal se constituído e deliberar sobre qualquer assunto de interesse social. §1º - As Assembleias Gerais deverão ser convocadas na forma da lei. §2º - Salvo nas hipóteses em que a lei dispuser de outra forma, as Assembleias Gerais serão instaladas, em primeira convocação, com a presença de acionistas representando, no mínimo, 60% do capital social com direito a voto, e, em segunda convocação com a presença de acionistas representando o quórum mínimo exigido por lei, os quais farão a indicação, por aclamação, e um presidente para os trabalhos, o qual, por sua vez, escolherá, livremente um ou mais acionistas para a função de secretário. **Artigo 11º** - Salvo disposição em contrário deste Estatuto ou da lei, as deliberações da Assembleia Geral serão sempre tomadas pela maioria simples do capital social dos acionistas com direito a voto presentes ao encabeço, não se computando os votos em branco. **Parágrafo único:** será lavrada ata em livro próprio registrando as ocorrências e deliberações tomadas pela Assembleia Geral. **Capítulo IV - Da Administração. Artigo 12º** - A administração da Sociedade competirá, exclusivamente à Diretoria, a qual será composta por, no mínimo 4 e, no máximo, 6 membros, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Vice-Presidente, um Diretor Administrativo e Financeiro, e, um Diretor Comercial, todas pessoas naturais, acionistas ou não, residentes no país a serem eleitos em assembleia Geral. §1º - O mandato dos Diretores será de 3: anos, permitida a reeleição. §2º - A investidura do cargo far-se-á por termo na própria ata de Assembleia Geral na qual foram eleitos os Diretores ou assinatura de termo de posse no prazo de 30 dias contados da data da Assembleia Geral em que houve a eleição. §3º - Ocorrendo, por qualquer razão, vacância em cargo(s) de Diretor reduzindo o número de diretores a menos que dois, será convocada, no prazo de cinco dias, Assembleia Geral para eleger diretor substituto, o qual exercerá a função até o final do mandato do substituído. §4º - Nos impedimentos ou ausências temporárias de qualquer Diretor, o Diretor impedido ou ausente será substituído por qualquer outro Diretor, o qual não terá direito a remuneração adicional pelas funções acumuladas. §5º - Na hipótese de esgotado o prazo do mandato dos diretores da Sociedade, estes permanecerão em seus respectivos cargos, até a eleição de novos diretores. **Artigo 13º** - Os Diretores reunir-se-ão sempre que necessário e as resoluções ou decisões tomadas, constarão, sempre que oportuno e necessário, em registro no "livro de atas de reuniões da diretoria". **Artigo 14º** - Os Diretores deverão dirigir os negócios sociais exercendo a administração dos negócios da Sociedade, em suas respectivas áreas de atuação, sempre em prol da realização dos objetivos sociais, e observadas as normas legais e estatutárias. §1º - **Compete Diretor Presidente:** a) Representar a Sociedade em Assembleia de acionistas; b) Representar a Sociedade em todos os atos de administração e gestão dos objetos sociais, em orientação ao trabalho dos demais diretores; c) Gerenciar os resultados alcançados pelas unidades administrativamente vinculadas, coordenar planos e projetos alternativos e ações corretivas, buscando a excelência dos resultados gerais e setoriais das unidades sob sua coordenação, intensificar ações para redução de custos e a melhoria contínua dos recursos de apoio às atividades sociais; d) Gerenciar as atividades industriais e de engenharia da Sociedade; e) Coordenar a elaboração da proposta orçamentária anual e os pedidos de créditos adicionais; f) Executar, em geral, os demais atos e medidas relacionadas com suas finalidades, inclusive quanto ao preparo do expediente próprio; g) Elaborar a política de expansão de negócios; h) Convocar Assembleia Geral. §2º - **Compete ao Diretor Vice-Presidente:** a) Representar a Sociedade em Assembleia de acionistas, em substituição ao Diretor Presidente; b) Representar a Sociedade em todos os atos de administração e gestão dos objetos sociais; c) Gerenciar os resultados alcançados pelas unidades administrativamente vinculadas, coordenar planos e projetos alternativos e ações corretivas, buscando a excelência dos resultados gerais e setoriais das unidades sob sua coordenação, intensificar ações para redução de custos e a melhoria contínua dos recursos de apoio às atividades sociais, em conjunto com o Diretor Presidente; d) Coordenar a elaboração da proposta orçamentária anual e os pedidos de créditos adicionais, em conjunto com o Diretor Presidente; e) Organizar e gerir as áreas de contabilidade, jurídica, de conformidade (Compliance) e de tecnologia da informação; cabendo-lhe, ainda, elaborar os demonstrativos contábeis; f) Executar, em geral, os demais atos e medidas relacionadas com suas finalidades, inclusive quanto ao preparo do expediente próprio, em conjunto com o Diretor Presidente; g) Convocar Assembleia Geral. h) Substituir o Diretor Administrativo Financeiro em caso de vacância do cargo, podendo, inclusive, cumular suas atividades com as de Diretor Administrativo Financeiro. §3º - **Compete ao Diretor Administrativo Financeiro:** a) Representar a Sociedade em todos os atos de administração e gestão dos objetos sociais; b) Organizar e gerir as áreas de finanças, administrativa, gestão de pessoal, de custos, orçamentos e de suprimentos, cabendo-lhe, ainda, elaborar os demonstrativos e projeções financeiras; c) Executar, em geral, os demais atos e medidas relacionadas com suas finalidades, inclusive quanto ao preparo do expediente próprio; d) Convocar Assembleia Geral. §4º - **Compete ao Diretor Comercial:** a) Representar a Sociedade em todos os atos de administração e gestão dos objetos sociais; b) Organizar e gerir as áreas comerciais e de marketing, cabendo-lhe, ainda, elaborar os programas de desenvolvimento de novos negócios e aplicações; c) Executar, em geral, os demais atos e medidas relacionadas com suas finalidades, inclusive quanto ao preparo do expediente próprio; d) Convocar Assembleia Geral. §5º - Aos diretores compete, isoladamente. a) a representação da Sociedade ante órgãos e entidades públicas, no que diz respeito à execução dos objetivos sociais; b) despedida e punição de empregados, liberação e movimentação de FGTS e outros benefícios previdenciários, quitações e rescisões trabalhistas, representação perante entidades sindicais, previdenciárias e órgãos do ministério do Trabalho; c) prática de atos ordinários de administração tais como emissão de faturas, duplicatas ou título de crédito sendo a Sociedade na condição de credora, além da prática dos atos ordinários de administração dos negócios sociais; d) a celebração de qualquer contrato ou qualquer ato jurídico que gere obrigações para a Sociedade em valor igual ou inferior a R\$ 200.000,00. §6º - Depende da assinatura de, no mínimo, 2 (dois) diretores ou 1 diretor e um procurador, em conjunto, sendo, no mínimo um deles o Diretor Presidente ou Vice-Presidente. a) a prática de todo e qualquer ato não descrito no parágrafo quarto acima ou em outro dispositivo deste Estatuto Social que exija a intervenção e número de diretores diferentes; b) a abertura de contas, suas movimentações junto a qualquer instituição bancária ou financeira, e emissão e endosso de cheques ou ordens de pagamento; c) a celebração de qualquer contrato ou qualquer ato jurídico que gere obrigações para a Sociedade em valor superior a R\$ 200.000,00; d) a outorga de procuração com poderes de cláusula "ad negotia" e/ou "ad iudicia", com ou sem a outorga de poderes especiais; §7º - Nas demais hipóteses, a companhia será representada sempre conjuntamente por 2 diretores, ou por 1 diretor e procurador, ou por 1 (um) ou mais procuradores, sempre respeitando os poderes a eles conferidos. §8º - A nomeação de procurador para as demais finalidades exigirá sempre a assinatura de, no mínimo, 2 diretores. §9º - Cumpridas todas as formalidades da lei, declarou o Sr. Presidente que estavam eleitos como Diretores, nos respectivos cargos: O Sr.

**Marco Antonio Gutfreund Formicola**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro, portador da Carteira de Identidade RG nº. 9.741.980 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº. 030.853.378-06, domiciliado na Avenida Jabaquara, nº. 3.060, 3º Andar, Conjunto 301, Bairro de Mirandópolis, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04046-500; para o cargo de Diretor Presidente; O Sr. **Valter Carmona**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº. 7.974.245 - SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº. 667.077.658-68, domiciliado na Avenida Jabaquara, nº. 3.060, 3º Andar, Conjunto 302, Bairro de Mirandópolis, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04046-500; para o cargo de Diretor Vice Presidente; e O Sr. **Alex da Silva Cobra**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº. 29.041.953-0 SSP/SP, inscrito no CPF/MF nº. 215.771.438-33, domiciliado na Avenida Jabaquara, nº. 3.060, 3º Andar, Conjunto 304, Bairro de Mirandópolis, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04046-500; para o cargo de Diretor Comercial. Os administradores declaram sob as penas da Lei que não estão impedidos de exercerem a administração da sociedade empresária, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por encontrarem-se sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou propriedade. **Artigo 15º** - É expressamente defeso aos Diretores o uso da denominação social em negócios estranhos ao objeto social, bem como a prestação, pela Sociedade, de garantias reais ou fiduciárias, fianças, avais, ou outras transações que beneficiem terceiros (pessoas físicas ou jurídicas), salvo quando autorizadas pela Assembleia Geral. **Artigo 16º** - Os Diretores poderão receber remuneração que venha a ser estabelecida em Assembleia Geral. **Capítulo V - Do Exercício Social e da Distribuição de Dividendos. Artigo 19º** - O exercício social coincidirá com o ano civil. Ao final de cada exercício, serão elaborados os balanços e as demonstrações contábeis previstas em lei, observadas as normas então vigentes. **Artigo 20º** - A Assembleia Geral deliberará acerca do resultado apurado ao final de cada exercício social. **Artigo 21º** - A Sociedade poderá levantar Balanços Patrimoniais parciais e intercalares para fins de liberação sobre resultado e distribuição de dividendos em períodos inferiores ao do exercício social. **Artigo 22º** - Os lucros líquidos, regularmente apurados nos balanços, serão distribuídos na seguinte conformidade: 5% para a constituição da Reserva Legal; o restante será distribuído como dividendo aos acionistas. **Artigo 23º** - Os Acionistas fixam, como dividendo mínimo obrigatório, o percentual de 25% do lucro apurado pela Sociedade no exercício anterior, exceto nos casos em que haja concordância unânime dos acionistas. **Capítulo VI - Da Dissolução e Liquidação. Artigo 24º** - Nos casos de liquidação ou dissolução, os Acionistas elegerão um liquidante, que procederá, na forma da lei, o levantamento dos haveres da Sociedade e a divisão proporcional à participação dos acionistas no capital social. **Parágrafo único** - A Assembleia Geral que eleger o liquidante poderá estabelecer normas procedimentais respectivas. **Capítulo VII - Do Acordo de Acionistas. Artigo 25º** - A Diretoria da Sociedade e o presidente da Assembleia Geral deverão respeitar as disposições validamente acordadas em Acordo de Acionistas depositado na sede da Sociedade, quando houver. **Capítulo VIII - Do Foro. Artigo 26º** - Fica eleito o foro da comarca de São Paulo/SP para dirimir as controvérsias oriundas da relação societária estabelecida pelos acionistas nesta Sociedade, inclusive quanto aos conflitos envolvendo a própria Sociedade e seus administradores, acionistas ou não. **Capítulo IX - Dos Casos Omissos. Artigo 27º** - Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos pela legislação vigente da Lei das Sociedades por Ações 6.404/76, e legislação posterior. **Certifico que o presente instrumento é cópia fiel do original lavrado no Livro de Registro de Atas de Assembleia Geral da Sociedade. São Paulo (SP), 28/02/2025.**

## ISQ Participações Ltda.

CNPJ/ME nº 58.519.816/0001-06 - NIRE 35.265.768.976

Instrumento Particular de 1ª Alteração de Contrato Social para a Transformação de Tipo Jurídico de Sociedade Limitada em Sociedade Anônima

Pelo presente Instrumento Particular: (i) **Nicolle Ramos de Almeida**, brasileira, empresária; e (ii) **Lauanda Kathleen Cardoso Gomes**, brasileira, empresária, sócias quotistas representando a totalidade do capital social votante da pessoa jurídica denominada **ISQ Participações Ltda.**, CNPJ/ME nº 58.519.816/0001-06, resolvem, na melhor forma de direito, alterar e consequentemente transformar o tipo jurídico da Sociedade, o qual passará de Sociedade Limitada para Sociedade Anônima de Capital Fechado, nos termos do artigo 1.113 e seguintes da Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (o "Código Civil"), conforme segue: 1.1. Aprovaram os acionistas a transformação do tipo jurídico da Sociedade em sociedade anônima de capital fechado, nos termos dos artigos 1.113 e seguintes do Código Civil. 2.1. Aprovaram os acionistas a conversão da totalidade de 1.000 (mil) de quotas sociais, totalmente integralizadas, representativas do capital social da Sociedade, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada quota, em 1.000 (mil) Ações Ordinárias Nominativas, sem valor nominal, as quais são emitidas pela Sociedade e subscritas em sua integralidade pelo acionista, conforme Boletins de Subscrição anexo ao presente instrumento na forma de **Anexos II**. 3.1. Aprovaram os acionistas a alteração do nome empresarial da Sociedade, que passará a girar sob a denominação social de **"ISQ Participações S.A."**, bem como esclarecem, ainda, que a Sociedade passará a ser designada simplesmente como **"Companhia"** e permanecerá com a mesma escrituração, atendidas as exigências fiscais e contábeis, e continuará, sem nenhuma interrupção, com todos os seus negócios sociais. 4.1. Aprovaram a eleição do novo Diretor Presidente da Companhia **Nicolle Ramos de Almeida**, brasileira, empresária, para ocupar o cargo de **Diretor Presidente** da Companhia, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no ano de 2028, permitida a reeleição, nos termos do Estatuto Social da Companhia. 5.1. Aprovaram a nova redação do Estatuto Social da Companhia. 6.1. Em decorrência da deliberação acima, resolve o acionista aprovar o Estatuto Social que passará a reger a Companhia, nos termos deste instrumento. Nada mais. São Paulo, 06 de janeiro de 2025. JUCESP/NIRE nº 353006551-6. JUCESP nº 23.476/25-4 em 16/01/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

## Real Estate 003 Campos do Jordão Adm. Bens Próprios S.A.

CNPJ/ME nº 23.601.579/0001-43

Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Sociais Encerrados em 31/12/2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de Reais)

BALANÇO PATRIMONIAL					
Ativo	2024		2023		Passivo
	2024	2023	2024	2023	
<b>Ativo circulante</b>	<b>497</b>	<b>11</b>	<b>Passivo circulante</b>	<b>1.727</b>	<b>138</b>
<b>Títulos e valores mobiliários</b>	<b>302</b>	<b>10</b>	<b>Outras obrigações</b>	<b>1.727</b>	<b>138</b>
Cotas de fundos de investimentos	-	1	Impostos e contribuições sobre salários	15	29
Outros títulos de renda fixa	302	9	a recolher	516	20
<b>Outros créditos</b>	<b>195</b>	<b>1</b>	Provisões para pagamentos a efetuar	38	61
Créditos tributários	-	1	Diversos	1.158	28
Diversos	195	-	<b>Passivo não circulante</b>	<b>11.401</b>	-
<b>Ativo não circulante</b>	<b>36.632</b>	<b>28.919</b>	<b>Exigível a longo prazo</b>	<b>11.401</b>	-
<b>Realizável a longo prazo</b>	<b>-</b>	<b>122</b>	<b>Outras obrigações</b>	<b>11.401</b>	-
Outros créditos	-	122	Diversos	11.401	-
Diversos	-	122	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>24.001</b>	<b>28.792</b>
<b>Imobilizado de uso</b>	<b>36.632</b>	<b>28.797</b>	Capital:	43.136	23.000
Imóveis	23.000	23.000	De domiciliados no país	43.136	23.000
Outros bens do imob de uso	20.609	10.764	Reservas de capital	-	17.658
(Depreciações acumuladas)	(6.977)	(4.967)	Lucros / (prejuízos) acumulados	(19.135)	(11.866)
<b>Total do ativo</b>	<b>37.129</b>	<b>28.930</b>	<b>Patrimônio líquido atribuível aos controladores</b>	<b>24.001</b>	<b>28.791</b>
			<b>Total do passivo e PL</b>	<b>37.129</b>	<b>28.930</b>

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (Lei nº 11.638)

	2024		2023	
	2024	2023	2024	2023
Despesas/receitas operacionais	(7.165)	(3.181)		
Despesas gerais e administrativas	(6.152)	(2.839)		
Despesas com pessoal	(725)	(260)		
Outras despesas administrativas	(5.408)	(2.579)		
Despesas tributárias	(19)	-		
Outras despesas operacionais	(1.013)	(342)		
<b>Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos</b>	<b>(7.165)</b>	<b>(3.181)</b>		
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(104)</b>	<b>9</b>		
<b>Receitas financeiras</b>	<b>1</b>	<b>9</b>		
Rendas de aplicação interfinanceira de liquidez	-	5		
Rendas de títulos e valores mobiliários	1	4		
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(105)</b>	<b>-</b>		
Prejuízos com títulos e valores mobiliários	(7)	-		
Despesas com obrigações por empréstimos	(97)	-		
Variáveis monetárias e cambiais passivas	(1)	-		
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>	<b>(7.269)</b>	<b>(3.172)</b>		
<b>Resultado líquido das operações continuadas</b>	<b>(7.269)</b>	<b>(3.172)</b>		
<b>Lucro / (prejuízo) do período</b>	<b>(7.269)</b>	<b>(3.172)</b>		
Atribuído a sócios da empresa controladora	(7.269)	(3.172)		
Atribuído a sócios não controladores	-	-		
Nº de ações	23.000.100	23.000.100		
Lucro (prejuízo) por ação:	(0,316)	(0,138)		

A DIRETORIA: **Reinaldo Dantas - Contador - CRC-ISP nº 110330/0-6**

## Real Estate Duo 004 Angra dos Reis Administração S.A.

CNPJ/ME nº 23.723.714/0001-23

Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Sociais Encerrados em 31/12/2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de Reais)

BALANÇO PATRIMONIAL					
Ativo	2024		2023		Passivo
	2024	2023	2024	2023	
<b>Ativo circulante</b>	<b>163</b>	<b>349</b>	<b>Passivo circulante</b>	<b>81</b>	<b>118</b>
<b>Disponibilidades</b>	<b>58</b>	<b>197</b>	<b>Outras obrigações</b>	<b>81</b>	<b>118</b>
Caixa e bancos	58	197	Impostos e contribuições sobre salários	11	30
<b>Títulos e valores mobiliários</b>	<b>5</b>	<b>68</b>	Demais impostos e contribuições	-	-
Cotas de fundos de investimentos	5	68	a recolher	14	24
<b>Outros créditos</b>	<b>100</b>	<b>84</b>	Provisões para pagamentos a efetuar	23	39
Créditos tributários	79	-	Diversos	33	25
Diversos	21	84	<b>Passivo não circulante</b>	<b>1.402</b>	<b>1.557</b>
<b>Ativo não circulante</b>	<b>30.095</b>	<b>34.745</b>	<b>Exigível a longo prazo</b>	<b>1.402</b>	<b>1.557</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>Outras obrigações</b>	<b>1.402</b>	<b>1.557</b>
Outros créditos	1	-	Diversos	1.402	1.557
Diversos	1	-	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>28.775</b>	<b>33.419</b>
<b>Imobilizado de uso</b>	<b>30.094</b>	<b>34.745</b>	Capital:	39.997	39.997
Imóveis	21.664	21.664	De domiciliados no país	39.997	39.997
Outros bens do imob de uso	19.353	19.353	Lucros / (prejuízos) acumulados	(11.222)	(6.578)
(Depreciações acumuladas)	(10.923)	(6.272)	<b>Patrimônio líquido atribuível aos controladores</b>	<b>28.775</b>	<b>33.419</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>30.258</b>	<b>35.094</b>	<b>Total do passivo e PL</b>	<b>30.258</b>	<b>35.094</b>

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (Lei nº 11.638)

	2024		2023	
	2024	2023	2024	2023
Despesas/receitas operacionais	(4.655)	(6.264)		
Despesas gerais e administrativas	(4.653)	(6.264)		
Outras despesas administrativas	(4.653)	(6.261)		
Despesas tributárias	-	(3)		
Outras despesas operacionais	(2)	-		
<b>Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos</b>	<b>(4.655)</b>	<b>(6.264)</b>		
<b>Resultado financeiro</b>	<b>11</b>	<b>67</b>		
<b>Receitas financeiras</b>	<b>11</b>	<b>67</b>		
Rendas de aplicação interfinanceira de liquidez	3	60		
Rendas de títulos e valores mobiliários	1	1		
Variáveis monetárias e cambiais ativas	7	6		
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>	<b>(4.644)</b>	<b>(6.197)</b>		
<b>Resultado líquido das operações continuadas</b>	<b>(4.644)</b>	<b>(6.197)</b>		
<b>Lucro / (prejuízo) do período</b>	<b>(4.644)</b>	<b>(6.197)</b>		
Atribuído a sócios da empresa controladora	(4.644)	(6.197)		
Atribuído a sócios não controladores	-	-		
Nº de ações	39.997.100	39.997.100		
Lucro (prejuízo) por ação:	(0,116)	(0,155)		

A DIRETORIA: **Reinaldo Dantas - Contador - CRC-ISP nº 110330/0-6**

## VRE D3 S.A.

CNPJ/ME nº 17.901.699/0001-63

Balanço patrimonial - Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares)

Ativo	2024		2023	
	2024	2023		

**Enops Engenharia S.A.**

CNPJ/MF nº 09.183.143/0001-82

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)							
Ativo	Nota	2024	2023	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2024	2023
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	26.288.703	5.793.868	Fornecedores		1.056.772	1.263.136
Clientes	4	44.887.943	64.919.234	Empréstimos e financiamentos	11	21.415.983	14.189.302
Impostos a recuperar	5	6.669.270	3.207.866	Debêntures	12	3.705.284	9.093.137
Conta corrente com consorciadas	6	1.650.363	517.667	Obrigações trabalhistas e sociais	13	3.216.680	2.978.695
Outras contas a receber		870.683	1.776.700	Obrigações tributárias	14	2.051.922	810.163
		<b>80.366.962</b>	<b>76.215.335</b>	Outras contas a pagar		50.217	114.877
				Tributos diferidos	14	1.186.305	—
				Conta corrente com consorciadas	6	2.285.022	2.968.306
						<b>34.968.185</b>	<b>31.417.616</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Realizável a longo prazo				Empréstimos e financiamentos	11	22.526.173	23.791.179
Clientes	4	25.358.698	18.705.648	Debêntures	12	2.998.830	6.768.080
Partes relacionadas	7	4.386.003	7.616.519	Tributos diferidos	10	7.392.289	5.541.611
		<b>29.744.701</b>	<b>26.322.167</b>	Provisões para demandas judiciais	15	311.000	311.000
Investimentos	8	553.810	544.775			<b>33.228.292</b>	<b>36.411.870</b>
Imobilizado	9	4.235.954	4.568.326				
		<b>4.789.764</b>	<b>5.113.101</b>	<b>Patrimônio líquido</b>			
		<b>34.534.465</b>	<b>31.435.268</b>	Capital social	16	20.000.000	20.000.000
				Reserva legal	16	4.000.000	4.000.000
				Reserva de lucros	16	22.704.950	15.821.117
						<b>46.704.950</b>	<b>39.821.117</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>114.901.427</b>	<b>107.650.603</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>114.901.427</b>	<b>107.650.603</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)					
	Capital social	Reserva legal	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
<b>Saldos em 1º de dezembro de 2023</b>	<b>17.500.000</b>	<b>3.500.000</b>	<b>16.205.926</b>	<b>—</b>	<b>37.205.926</b>
Lucro líquido do período	—	—	—	5.815.191	5.815.191
Aumento de Capital	2.500.000	—	(2.500.000)	—	—
Constituição de reserva	—	500.000	(500.000)	—	—
Dividendos distribuídos	—	—	(3.200.000)	—	(3.200.000)
Destinação a reserva de lucro	—	—	5.815.191	(5.815.191)	—
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>20.000.000</b>	<b>4.000.000</b>	<b>15.821.117</b>	<b>—</b>	<b>39.821.117</b>
Lucro líquido do período	—	—	—	7.009.875	7.009.875
Constituição de reserva	—	—	—	—	—
Dividendos distribuídos	—	—	(126.042)	—	(126.042)
Destinação a reserva de lucro	—	—	7.009.875	(7.009.875)	—
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>20.000.000</b>	<b>4.000.000</b>	<b>22.704.950</b>	<b>—</b>	<b>46.704.950</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)**

**1. Contexto operacional** – A Enops Engenharia S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima com Sede em São Paulo, Estado de São Paulo. A Companhia tem como objeto social e atividade preponderante, diretamente ou pela participação em outras sociedades, a prestação de serviços de operação e manutenção de sistemas de serviços públicos e de utilidades industriais, incorporação, administração e execução de obras de infraestrutura e serviços de engenharia, inclusive projetos e consultoria, por conta própria e de terceiros, comércio, locação, importação, exportação e montagem de equipamentos no seu campo de atuação, participação em consórcios, empreendimentos e licitações bem como a prestação de serviços de assistência técnica e manutenção destes equipamentos, distribuição e transporte por caminhão de água tratada (potável) para consumo humano e treinamentos na sua área de atuação. A Companhia atua no segmento de saneamento básico prestando serviços de engenharia e obras em redução e controle de perdas de água, operação e manutenção de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário. A atuação da Companhia no mercado de saneamento se dá por dois tipos de Modelos de Negócios: **• Serviços de engenharia e operação:** com objetivo de atuar na melhoria e eficiência operacional e comercial dos sistemas de água e esgoto para as companhias estaduais, municipais e empresas privadas de saneamento; **• Serviços operacionais:** com objetivo de serviços padronizados para operação e manutenção de água e esgoto para as companhias estaduais, municipais e empresas privadas de saneamento. Sendo em geral dois tipos de fontes de receitas para estes modelos de negócios, remuneração do objeto contratado por preço unitário (medicão) ou por performance (metas), definido no momento do processo licitatório ou da contratação. A Companhia também opera por meio da participação em outras Empresas (SPE, Consórcios e SCP) a seguir relacionadas: **1.1. SPE avaliada pelo método de equivalência patrimonial: a) MPEN SPE 1 Incorporação Imobiliária:** iniciou as operações em junho de 2015, com o objetivo de desenvolver os empreendimentos imobiliários denominados “Tucumã – projeto nº 61963”, sito à Avenida Tucumã, Campeche, CEP 88066-139; “Jades – projeto nº 61968”, sito à Rua dos Jades, Campeche, CEP 88066-135 e “Sucupira – projeto nº 61969”, sito à Rua Sucupira, Campeche, CEP 88066-129, com participação de 50%. Fase do empreendimento entregue, no período de garantia da construção. **b) MPEN SPE 2 Incorporação Imobiliária:** iniciou as operações em dezembro de 2019, com o objetivo de desenvolver os empreendimentos imobiliários denominados “Mondrian”, sito à Rua Felipe Schmidt No. 34, CEP 88301-040 no Estado de Santa Catarina, na Cidade de Itajaí, com participação de 50%. Fase do empreendimento permuta concluída e início de obras. **c) MPEN SPE 3 Incorporação Imobiliária:** iniciou as operações (fase de estudos e registro do empreendimento) em dezembro de 2019, com o objetivo de desenvolver os empreendimentos nos Lotes 7 e 8 – Quadra 1 da Matricula “Mãe” No. 139.862 – Alvará de Construção No. 1223 – Sito à Rodovia Francisco Magno Vieira – Km 7 – No. 4.400-SC 405 – Morro das Pedras – Florianópolis-SC, com sede na Rua Manoel Pedro Vieira, No. 410 Apto 301-A, Armação do Pântano do Sul CEP 88066- Estado de Santa Catarina, na cidade de Florianópolis, com participação de 50%. Fase do empreendimento em estudos e concepção. **d) MPEN SPE 4 Incorporação Imobiliária:** iniciou as operações em março de 2021, com o objetivo de desenvolver os empreendimentos nos Lotes 197 e 05 – Quadra B da Matricula “Mãe” 106.749 e 106.751 – Sito à Rua Guabiju S/No. – Campeche – Florianópolis-SC – Morro das Pedras – Florianópolis-SC, com sede na Rua Manoel Pedro Vieira, No. 410 Apto 301-A, Armação do Pântano do Sul CEP 88066- Estado de Santa Catarina, na cidade de Florianópolis, com participação de 50%. Fase do empreendimento entregue, no período de garantia da construção. **e) MPEN SPE 5 Incorporação Imobiliária:** iniciou as operações fase de estudos e registro do empreendimento) em abril de 2022, com o objetivo de desenvolver os empreendimentos nos Lotes LOTE Nº 6 da QUADRA 7 Do Loteamento denominado PORTAL DO RIBEIRÃO, aprovado pelo projeto nº 56.277, situado no Distrito de Ribeirão da Ilha, Estado de Santa Catarina, na cidade de Florianópolis, com participação de 50%. Fase do empreendimento em estudos e concepção. **f) Jacundá Ambiental SPE S/A:** iniciou as operações administrativas em 2019, com a assinatura do Contrato de Concessão para exploração do sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Município de Jacundá-PA, com participação de 1%, não possuindo influência significativa nas decisões da companhia. A companhia entrou em processo de venda em sendo concretizada no período do mês de abril de 2024. **1.2. Consórcios avaliados pelos critérios contábeis vigentes no CPC 19 (R2) – Negócios em Conjunto: a) Consórcio Águas de Tubarão:** iniciou as operações em janeiro de 2006, com a assinatura do Contrato Emergencial para operação do sistema de abastecimento de água do Município de Tubarão-SC, com participação de 33,34%, em 31 de dezembro de 2024 o consórcio não está operacional. **1.3. Consórcios para atividades operacionais com custo compartilhado:** Na Prestação de Serviços de Engenharia, existem Consórcios constituídos para a execução das atividades operacionais dos contratos, onde as receitas são faturadas e registradas diretamente nos registros contábeis de cada Consórcio e o custo é compartilhado e registrado nos consórcios: **a) Consórcio Performance Meta:** para execução do Contrato de Prestação de Serviços de Engenharia Junto a Sabesp (No. 01.795/18). Projeto/Contrato concluído e na fase de remuneração fixa. **b) Con-**

**sórcio Performance Melhor Performance:** para execução do Contrato de Prestação de Serviços de Engenharia Junto a Sabesp (No. 02.174/18). Projeto/Contrato concluído e na fase de remuneração fixa. **c) Consórcio Performance Perdas Guarujá:** para execução do Contrato de Prestação de Serviços de Engenharia Junto a Sabesp (No. 01.590/18). Projeto/Contrato concluído, Encerramento do Consórcio em 2024. **d) Consórcio Performance Grajau:** para execução do Contrato de Prestação de Serviços de Engenharia Junto a Sabesp (No. 02.421/18). Projeto/Contrato concluído, Encerramento do Consórcio em 2024. **e) Consórcio Verdagg:** para execução do Contrato de Prestação de Serviços de Engenharia Junto a Sabesp (No. 01.891/19). Projeto/Contrato concluído e na fase de remuneração fixa. **f) Consórcio Bel Pirajá:** para execução do Contrato de Prestação de Serviços de Engenharia Junto a Embasa (No. 032/19). Projeto/Contrato em andamento. **g) Consórcio Bel Cabula:** para execução do Contrato de Prestação de Serviços de Engenharia Junto a Embasa (No. 130/19). Projeto/Contrato em andamento. **h) Consórcio Performance Itaim Paulista:** para execução do Contrato de Prestação de Serviços de Engenharia Junto a Sabesp (No. 03971/19). Projeto/Contrato concluído e na fase de remuneração fixa. **i) Consórcio Performance Ermelino Matarazzo:** para execução do Contrato de Prestação de Serviços de Engenharia Junto a Sabesp (No. 407/19). Projeto/Contrato concluído e na fase de remuneração fixa. **j) Consórcio Otimização Leste:** para execução do Contrato de Prestação de Serviços de Engenharia Junto a Sabesp (No. 641/19). Projeto/Contrato concluído, aguardando termo de aceite da conclusão. **k) Consórcio EG Eficiência Centro:** para execução do Contrato de Prestação de Serviços de Engenharia Junto a Sabesp (No. 0559/20). Projeto/Contrato concluído e na fase de remuneração fixa. **l) Consórcio EG Eficiência Santo André:** para execução do Contrato de Prestação de Serviços de Engenharia Junto a Sabesp (No. 0634/20). Projeto/Contrato concluído e na fase de remuneração fixa. **m) Consórcio Enolog:** para execução do Contrato de Prestação de Serviços de Engenharia Junto a Saneul (No. 021/20). Projeto/Contrato concluído etapa de redução de perdas e na fase de remuneração fixa. **n) Consórcio Verg:** para execução do Contrato de Prestação de Serviços de Engenharia Junto a Sabesp (No. 4103/20). Projeto/Contrato concluído e na fase de remuneração fixa. **o) Consórcio Performance BH:** para execução do Contrato de Prestação de Serviços de Engenharia Junto a Copasa (No. 1120210039). Projeto/Contrato concluído e na fase de apuração da performance. **p) Consórcio DMC CE:** para execução do Contrato de Prestação de Serviços de Engenharia Junto a Cagece (No. 0139/21). Projeto/Contrato em andamento. **q) Consórcio Performance Vila Formosa:** para execução do Contrato de Prestação de Serviços de Engenharia Junto a Sabesp (No. 02.578/21). Projeto/Contrato na fase implantação do objeto contratual. **r) Consórcio Enotech:** para execução do Contrato de Prestação de Serviços de Engenharia Junto a Cagece (No. 146/20). Projeto/Contrato em andamento. **s) Consórcio Renov:** para execução do Contrato de Prestação de Serviços de Engenharia Junto a Sabesp (No. 02.489/21). Projeto/Contrato concluído, Encerramento do Consórcio em 2024. **t) Consórcio Despoluir:** para execução do Contrato de Prestação de Serviços de Engenharia Junto a Copasa (No. 1120220119). Projeto/Contrato em andamento. **u) Consórcio Terra Preta:** para execução do Contrato de Prestação de Serviços de Engenharia Junto a Sabesp (No. 529/2022). Projeto/Contrato na fase implantação do objeto contratual. **v) Consórcio Vidágua:** para execução do Contrato de Prestação de Serviços de Engenharia Junto a Cesan (No. 262/2022). Projeto/Contrato na fase implantação do objeto contratual. **w) Consórcio Campo Belo:** para execução do Contrato de Prestação de Serviços de Engenharia Junto a Cesan (No. 2952/2022). Projeto/Contrato Implantado, Fase de Apuração. **x) Consórcio Floresta Expedicionário** para execução do Contrato de Prestação de Serviços de Engenharia Junto a Companhia de Água de Esgoto do Ceará (No. 2022001). Projeto/Contrato na fase implantação do objeto contratual. **y) Consórcio Jardim Paraíso EVG** para execução do contrato de Prestação de serviços de Engenharia Junto a Companhia de água de Joinville (nº 071.24). Projeto/Contrato em andamento. **z) Consórcio ERD Guarujá** para execução do contrato de Prestação de serviços de Engenharia Junto a Companhia de Saneamento Básico Sabesp (nº 01.234/24). Projeto/Contrato em andamento. **aa) Consórcio Otimização Tiete** para execução do contrato de Prestação de serviços de Engenharia Junto a Companhia de Saneamento Básico Sabesp (nº 00.893/24). Projeto/Contrato em andamento. **bb) Consórcio Desenvolvimento Sustentável Integra** para execução do contrato de Prestação de serviços de Engenharia Junto a Companhia de Saneamento Básico Sabesp (nº 00.954/24). Projeto/Contrato em andamento. **cc) Consórcio Revitaliza Pampulha** para execução do contrato de Prestação de serviços de Engenharia Junto a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (nº 112024103). Projeto/Contrato em andamento. **dd) Consórcio Otimização Tiete** para execução do contrato de Prestação de serviços de Engenharia Junto a Empresa baiana de Águas e Saneamento S/A (nº 138/24). Projeto/Contrato em andamento. **2. Apresentação das demonstrações contábeis e práticas contábeis materiais – 2.1. Apresentação das demonstrações contábeis:** A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações contábeis em 27 de março de 2025. As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e nos Pronunciamentos,

Demonstrações do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)			
	Nota	2024	2023
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>17</b>	<b>139.053.007</b>	<b>112.613.961</b>
(-) Custo dos produtos serviços prestados	18	(119.316.795)	(92.458.404)
<b>(=) Lucro bruto (Despesas)/receitas operacionais</b>		<b>19.736.212</b>	<b>20.155.557</b>
Gerais e administrativas		(1.226.971)	(1.789.092)
Resultado de equivalência patrimonial	8	629.180	(13.720)
Outras receitas e despesas operacionais (líquidas)		1.010.609	660.905
		<b>412.818</b>	<b>(1.141.907)</b>
<b>Lucro antes do resultado financeiro</b>		<b>20.149.030</b>	<b>19.013.650</b>
Resultado financeiro líquido	19	(8.347.905)	(10.148.753)
<b>Lucro antes do IRPJ e da CSLL</b>		<b>11.801.125</b>	<b>8.864.897</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social – corrente	20	(1.247.648)	—
Imposto de Renda e Contribuição Social – diferido	20	(3.543.602)	(3.049.706)
<b>Lucro do exercício</b>		<b>7.009.875</b>	<b>5.815.191</b>
<b>Lucro básico por ação (em R\$ por ação)</b>	<b>21</b>	<b>0,35</b>	<b>0,29</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Resultado Abrangente – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)			
	2024	2023	
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>7.009.875</b>	<b>5.815.191</b>	
(+) Outros resultados abrangentes	—	—	
<b>(=) Total do resultado abrangente do período</b>	<b>7.009.875</b>	<b>5.815.191</b>	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)			
	2024	2023	
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	<b>7.009.875</b>	<b>5.815.191</b>	
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>7.009.875</b>	<b>5.815.191</b>	
<b>Itens que não afetam o caixa operacional</b>			
Depreciação e amortização	332.372	566.576	
baixa de Ativo imobilizado intangível	—	—	
Resultado de equivalência patrimonial	629.181	(13.720)	
Participação de minoritário no resultado de SCP	—	—	
Provisão dos juros do exercício	1.040.478	3.407.100	
Provisão dos juros do exercício debenture	1.543.051	120.000	
Impostos Diferidos	3.036.983	2.642.684	
Provisão de IR e CS	376.222	—	
<b>Lucro do exercício ajustado</b>	<b>13.968.162</b>	<b>12.537.831</b>	
<b>Aumento/(diminuição) dos ativos e passivos operacionais</b>			
Clientes	13.378.241	10.072.329	
Impostos a recuperar	(3.461.404)	(2.679.322)	
Outras contas a receber	906.017	(1.056.983)	
Consórcios	(1.815.980)	(1.557.944)	
Fornecedores	(206.364)	198.536	
Obrigações trabalhistas e sociais	237.985	645.597	
Obrigações tributárias	865.537	(3.032.853)	
Contas a pagar	162.549	(161.712)	
Imposto de renda e contribuição social pagos	(871.426)	—	
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>23.163.317</b>	<b>14.965.479</b>	
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>			
Redução de capital em investidas	—	14.145	
Aumento Capital em Investidas	—	—	
Aquisições do imobilizado	—	—	
Baixa de ativo imobilizado	—	1.374.692	
<b>Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos</b>	<b>—</b>	<b>1.388.837</b>	
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>			
<b>Empréstimo e financiamento</b>			
Captação Conta garantida	679.078	(3.348.567)	
Liquidação com Conta Garantida	—	—	
Captação Financiamento	34.200.000	21.623.576	
Pagamento de principal	(28.917.402)	(30.408.534)	
Pagamento de juros no exercício	(1.040.478)	(3.407.100)	
<b>Debenture</b>			
Captações	—	6.986.505	
Pagamento Principal	(9.157.103)	(5.867.960)	
Pagamento de juros do exercício	(1.543.051)	(120.000)	
Lucros distribuídos	(120.042)	(3.200.000)	
Partes relacionadas	3.230.516	(2.058.201)	
<b>Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos</b>	<b>(2.668.482)</b>	<b>(11.551.534)</b>	
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>20.494.835</b>	<b>4.802.782</b>	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.793.868	991.086	
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	26.288.703	5.793.868	
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>20.494.835</b>	<b>4.802.782</b>	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

nas Orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS). Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que a moeda funcional da Companhia. Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas referentes à: (a) seleção das vidas úteis do ativo imobilizado; (b) avaliação de ativo intangível de vida útil indefinida; (c) provisões necessárias para passivos contingentes; (d) receitas de contratos – parte preponderante da receita de prestação de serviços é reconhecida levando em consideração o estágio de execução de cada contrato, denominado percentagem de obra concluída – POC. O método de reconhecimento de receita por meio do POC requer o uso de estimativas de orçamento de custos do projeto, a fim de estabelecer uma proporção e relação aos custos já incorridos. Essa proporção é aplicada sobre o valor da receita total contratada do projeto, determinando o montante da receita a ser reconhecida em cada período. **2.2. Práticas contábeis materiais adotadas:** As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.2.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e limites utilizados de conta garantida. **2.2.2. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da provisão para Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa (“PECLD”), tal provisão é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. O critério de segregação entre curto e longo prazo é realizado conforme andamento e prazo de encerramento dos Contratos. **2.2.3. Investimentos e consórcios:** Os investimentos em coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial e pelo método de custo, os avaliados por equivalência são efetuados com base em balanço patrimonial levantado pelas respectivas coligadas na mesma data-base da Companhia. O investimento avaliado pelo método de custo na investida Jacundá Ambiental passa por avaliação de valor recuperável a fim de identificar a necessidade de realização de impairment. A Companhia possui participação em consórcios para operações em conjunto que estão sendo avaliados pelos critérios contábeis vigentes no CPC 19 (R2) – Negócios em Conjunto, reconhecendo sua parcela sobre os ativos, passivos, receitas e despesas do consórcio. **2.2.4. Imobilizado:** O imobilizado é demonstrado ao custo histórico de aquisição, deduzido da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração. A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear, às taxas anuais que levam em consideração o prazo de vida útil-econômica dos bens. Os gastos com manutenção e reparos, que não aumentam significativamente a vida útil dos bens, são contabilizados como despesa quando incorridos. Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado. **2.2.5. Avaliação do valor recuperável de ativos:** O imobilizado e outros ativos são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. **2.2.6. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. **2.2.7. Empréstimos, financiamentos e debêntures:** Os empr

## PUBLICIDADE LEGAL

... continuação

demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Reconhecimento da Receita – estimativa dos custos de construção e percentual de conclusão das obras ("POC"):** Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 02, a Companhia utiliza o método de Porcentagem de Conclusão da Obra ("POC") para contabilizar parte das receitas de prestação de serviços. O método de reconhecimento de receita por meio do POC requer que a Administração da Companhia considere, entre outros aspectos, a estimativa dos custos a incorrer até o término da conclusão do serviço a fim de estabelecer uma proporção em relação aos custos já incorridos e ao orçamento de custos do projeto. Essa proporção é aplicada sobre o valor total do projeto determinando o montante da receita a ser reconhecida em cada período. **Resposta de auditoria ao assunto:** Essa área foi considerada foco em nossa auditoria, pois o processo de reconhecimento da receita envolve estimativas críticas da Administração na determinação dos orçamentos de custos, sua revisão periódica e o estágio da execução do serviço. Assim, quaisquer mudanças nessas estimativas podem impactar de forma relevante as demonstrações contábeis da Companhia. Nossos procedimentos de auditoria compreenderam, entre outros, o entendimento dos principais controles internos estabelecidos pela administração para reconhecimento da receita, bem como para a preparação e aprovação das estimativas de custos a incorrer e para o monitoramento dos custos incorridos. Testamos os custos incorridos, em base amostral, inspecionando contratos, documentos fiscais e pagamentos feitos. Com base em uma amostra de contratos, inspecionamos os orçamentos e suas respectivas aprovações. Nossos procedimentos de auditoria demonstram que as estimativas utilizadas pela Administração são

consistentes com os dados e informações obtidas. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações

## Enops Engenharia S.A.

contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: **Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;** **Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;** **Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;** **Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;**

▪ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de março de 2025.  
**BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.**  
CRC ZSP 013.846/0-1  
**André Silva Moura**  
Contador CRC 1SP 300.564/0-7

## Leitesol Indústria e Comércio S/A

CNPJ/MF nº 65.979.973/0001-60 – NIRE 35.300.131.321

## Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada no dia 05 de março de 2025

**Data e Horário:** 05/03/2025 às 11:00h. **Local:** Sede Social, na Rodovia Alindar Monteiro Junqueira, s/nº – Km. 52,5 – Sala A, Bragança Paulista-SP. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação prévia pela imprensa, face à presença de Acionistas representando a totalidade do capital social. **Mesa:** Sr. Sebastian Luis Maraggi – Presidente e Sr. Alexandre Lima da Silva – Secretário. **Ordem do Dia:** a) Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Resultado do Exercício, Resultado Abrangente e Fluxos de Caixa, relativos ao exercício encerrado em 31.12.2024; b) Rerrificar os termos da AGE de 11/06/2024, para determinar a destinação e distribuição de dividendos; c) Aprovar o parecer dos auditores independentes relativo ao balanço de 31.12.2024; d) Definir a destinação do saldo da conta de "Reserva de Lucros a Realizar" no balanço de 31.12.2024; e) Ratificar todos os atos da Diretoria da gestão 2024-2025; f) Eleger os Membros da Diretoria para o próximo exercício. **Deliberações Tomadas por Unanimidade:** Os acionistas aprovaram: a) O Relatório da Diretoria, o Balanço Patrimonial, as Demonstrações Financeiras, relativos ao exercício encerrado em 31/12/2024, publicado no Jornal Data Mercantil no dia 14/02/2025, versões impressa e digital; b) O Parecer dos Auditores Independentes "Deloitte Touche Tohmatsu – Auditores Independentes"; c) Rerrificação dos termos da AGE de 11/06/2024, onde constou: A distribuição a título de dividendos do valor de R\$ 77.000.000,00 constante de conta de Reservas de Lucros de exercícios anteriores encerrados até 31/12/2023. Para constar: que a distribuição dos dividendos no valor total de R\$ 77.000.000,00 se refere à soma dos seguintes valores: • R\$ 32.235.954,00 a título de antecipação de dividendos do ano 2024, relativos ao Lucro Líquido acumulado com base no resultado no período de 01/01/2024 a 31/05/2024; • R\$ 8.895.616,00, correspondentes a valores em Reserva de Lucros, relativos ao ano de 2023; e • R\$ 35.868.430,00 correspondentes a valores em Reserva de Lucros, relativos ao ano de 2022; d) O lucro líquido total apurado em 31/12/2024 corresponde a R\$ 66.157.992, dos quais R\$ 32.235.954 já foram distribuídos a título de antecipação de dividendos do ano 2024, conforme item c) acima; e) A distribuição de dividendos aos Acionistas, sobre o Lucro Líquido do ano de 2024, correspondente ao valor de R\$ 16.539.498; f) Considerando as deliberações e remessas constantes dos itens c) a f) acima, o saldo a pagar dos dividendos e Juros sobre Capital Próprio, já distribuídos e registrados no Passivo circulante tendo como base o Balanço Patrimonial de 31/12/2024, totaliza R\$ 37.582.433, sendo: R\$ 31.975.063 a título de dividendos e R\$ 5.607.368 a título de Juros sobre Capital Próprio (JCP), ambos já deliberados nas assembleias anteriores; g) Os dividendos constantes no item f) acima serão pagos total ou parcialmente até 31/12/2025, conforme planejamento financeiro da sociedade; h) A destinação do saldo remanescente do Lucro Líquido à conta de "Reserva de Retenção Lucros", na forma do artigo 197 da Lei 6.404/76, para distribuição futura na forma de dividendos ou reinvestimento na companhia, nos termos do estatuto social; i) Registrar o pagamento de dividendos remetidos aos acionistas no valor de R\$ 576.960,00 em 25/02/2025. j) O saldo dos dividendos na presente data, após o pagamento realizado acima, totaliza R\$ 37.005.473, sendo: R\$ 31.398.103 a título de dividendos e R\$ 5.607.368 a título de Juros sobre Capital Próprio (JCP), ambos já deliberados nas assembleias anteriores; k) E ratificaram todos os demais atos da Diretoria eleita para a gestão 2024/2025; (l) **Eleição dos Membros da Diretoria:** os acionistas reelegem para o próximo exercício os seguintes diretores para o mandato de 01 ano: **para o cargo de Diretor Presidente – Sr. Sebastian Luis Maraggi**, Cédula de Identidade para Estrangeiro RNE nº V175734-3 e CPF/MF nº 213.509.268-17 e para o cargo de **Diretor Administrativo – Sr. Alexandre Lima da Silva**, RG nº 22.252.822-9 e CPF/MF nº 180.433.658-06, que declaram, na forma da lei, que não estão condenados pela prática de qualquer crime, definitiva ou temporariamente, que os impeçam de assumir ou exercer a Diretoria da Companhia. **Lavratura da Ata:** Nada mais a tratar, declarou o Sr. Presidente encerrada a Assembleia, da qual lavrou-se a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada. Bragança Paulista-SP, 05/03/2025. **Secretário: Alexandre Lima da Silva; Presidente: Sebastian Luis Maraggi. Mastellone Hermanos Sociedad Anónima P.p. Benedito Celso Benicio Jr.; Mastellone San Luis Sociedad Anónima P.p. Benedito Celso Benicio Jr. OAB/SP nº 131.896. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 129.558/25-4 em 09/04/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.**

## GIP Medicina Diagnóstica S.A.

CNPJ/MF nº 43.721.026/0001-31 - NIRE 35300474511

## Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária em 30/04/2025, às 15h

**GIP Medicina Diagnóstica S.A. ("Companhia")**, vem pela presente, nos termos do art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), convocar os acionistas da Companhia para reunirem-se em assembleia geral extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 30 de abril de 2025, às 15 horas, de forma semipresencial, podendo o voto ser exercido pelos acionistas presencialmente, na sede da Companhia, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Afonso de Freitas, 188, Paraíso, CEP 04006-050, ou por meio do link do aplicativo de videoconferência Microsoft Teams, a ser disponibilizado pela Companhia, conforme autorizado pela Lei nº 14.030, de 28 de julho de 2020 e regulamentado pela Instrução Normativa nº 81 do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração, datada de 10 de junho de 2020 ("IN DREI.81/2020"), para examinar, discutir e votar sobre a seguinte ordem do dia: (i) a criação de ações preferenciais da classe B da Companhia e a determinação de suas características; (ii) o aumento de capital social da Companhia e emissão de novas ações preferenciais da classe B, nominativas e sem valor nominal; (iii) a consolidação do estatuto social da Companhia. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia, bem como serão disponibilizados por meio de mensagem eletrônica (e-mail) a ser enviada aos acionistas. São Paulo/SP, 14 de abril de 2025. **Peter Lohken**, Presidente do Conselho de Administração; **Francisco Javier Molto Martinez**, Membro do Conselho de Administração. (15, 16 e 17/04/2025)

## Stellantis Financiamentos Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

CNPJ/MF nº 03.502.961/0001-92 – NIRE 35.300.174.551

## Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 06 de março de 2025

**Data, Hora e Local:** Aos 06/03/2025, às 10h00, na sede da Companhia. **Convocação:** Dispensada, tendo em vista a presença de 100% do capital social da Companhia. **Mesa:** Dominique Edmond Pierre Signora, Presidente e Carolina Alexandra Mazmanian Bonfim, Secretária. **Deliberações:** As seguintes deliberações foram tomadas pela Acionista: (i) Autorizou a lavratura desta ata em forma de sumário; (ii) Aprovou a alteração do endereço da sede da Sociedade de Avenida Maria Coelho Aguiar, 215, Bloco F, Andar 5 Parte, Jardim São Luis, São Paulo-SP, para Avenida das Nações Unidas, 14.261, Vila Gertrudes, CEP 04794-000, 15º Andar – Ala B, São Paulo-SP. O Artigo 2 do Estatuto Social passará a vigor consoante a redação abaixo: **"Artigo 2. A Companhia tem sede, foro e domicílio na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, 14.261, Vila Gertrudes, CEP 04794-000, 15º Andar – Ala B."** (iii) Em razão da alteração do Artigo 2º do Estatuto Social, promover sua consolidação, para maior facilidade e clareza. **Encerramento:** Nada mais a tratar, a assembleia foi suspensa para lavratura desta ata. São Paulo, 06/03/2025. **Acionista: Stellantis Financial Services Europe S.A.** (p.p. Jean Pierre Avril). **Mesa: Dominique Edmond Pierre Signora – Presidente; Carolina Mazmanian Bonfim – Secretária.** Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 98.623/25-4 em 24/03/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

## Neon Consiga Mais Cobrança e Serviços S.A.

CNPJ/ME nº 29.229.539/0001-7 – NIRE 35.300.552.482

## Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de março de 2025

**Data, hora e local:** em 25/03/2025, às 08h00, na sede social da Companhia. **2. Convocação e presença:** Dispensada, face a presença de acionistas representando a totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: **Sr. Jamil Saud Marques;** Secretário: **Sr. Cristiano Fernandes da Silva. Deliberações da Ordem do Dia:** Os acionistas decidiram: **6.1.** Eleger, para o cargo de Diretor Executivo II: **6.1.1.** O Sr. **Marcos Muller Lopes Fonseca**, RG nº MG12396703 SSP/MG e CPF/MF nº 016.125.246-05. **6.2.** Consolidar a composição da Diretoria da Companhia, conforme quadro a seguir: **• Pedro Henrique de Souza Conrade e Fernando Carvalho Botelho de Miranda – Diretor Executivo I; • Cristiano Fernandes da Silva, Jamil Saud Marques, Juliana Noriko Yamada e Marcos Muller Lopes Fonseca – Diretor Executivo II. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. **Mesa:** Jamil Saud Marques, Presidente; e Cristiano Fernandes da Silva, Secretário. **Acionistas:** Neon Payments Limited e Neon Pagamentos S.A. Instituição de Pagamento. São Paulo, 25/03/2025. JUCESP. Certifico o registro sob o nº 112.424/25-9 em 01/04/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

## Neon Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

CNPJ/ME nº 61.723.847/0001-99 – NIRE 35.300.016.092

## Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 03 de dezembro de 2024

**Data, hora e local:** em 03/12/2024, às 9h00, na sede social da Companhia. **Convocação e presença:** Dispensada, face a presença de acionistas representando a totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: **Sr. Jamil Saud Marques;** Secretária: **Sra. Fernanda Solon. Deliberações da Ordem do Dia:** Por unanimidade e sem qualquer ressalva, deliberaram: **6.1** Eleger os membros abaixo qualificados, a saber: **Roberta Neves Valezio**, RG nº 39238679-SSP/SP e CPF/MF nº 416.855.118-05; **Marcos Muller Lopes Fonseca**, RG nº MG12396703 – SSP/MG e CPF/MF nº 016.125.246-05. **6.2** Os Diretores ora eleitos declaram sob as penas da Lei, não estarem incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei especial, que os impeçam de exercer atividades mercantis. **6.3** Condição à aprovação do Banco Central do Brasil, confirmar a composição da Diretoria da Companhia conforme quadro a seguir. O mandato dos Diretores listados se estenderá até a posse dos que forem eleitos na Assembleia Geral Ordinária que analisar as contas do exercício findo em 2024: **• Pedro Henrique de Souza Conrade – D. Executivo I • Fernando Carvalho Botelho de Miranda – D. Executivo II • Jamil Saud Marques – D. Executivo II • Cristiano Fernandes da Silva – D. Executivo II • Juliana Noriko Yamada – D. Executivo II • Fernanda Solon – D. Executivo II • Alexandre Augusto Zaia Rodrigues – D. Executivo II • Fernando Henrique Montanari da Mota – D. Executivo II • Wagner Leão Costa Filho – D. Executivo II • Roberta Neves Valezio – D. Executivo II • Marcos Muller Lopes Fonseca – D. Executivo II. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. **Mesa:** Jamil Saud Marques, Presidente; e Fernanda Solon, Secretária. **Acionista:** Neon Holding Conglomerado Ltda. São Paulo, 03/12/2024. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 94.315/25-5 em 17/03/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

## Neon Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

CNPJ/ME nº 61.723.847/0001-99 – NIRE 35.300.016.092

## Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de janeiro de 2025

**Data, hora e local:** em 30/01/2025, às 09h, na sede social da Companhia. **Convocação e presença:** Dispensada, face a presença de acionistas representando a totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: **Sr. Jamil Saud Marques;** Secretária: **Sra. Fernanda Solon. Deliberações da Ordem do Dia:** Por unanimidade e sem qualquer ressalva, deliberaram: **6.1** Tornar sem efeito a eleição da diretora, a Sra. **Roberta Neves Valezio**, RG nº 39238679-SSP/SP e CPF/MF nº 416.855.118-05, deliberado conforme item 6.1 da AGE 03.12.2024. **6.2** Ratificar para todos os fins a eleição do diretor, Sr. **Marcos Muller Lopes Fonseca**, RG nº MG12396703 – SSP/MG e CPF/MF nº 016.125.246-05, conforme item 6.1 da AGE de 03.12.2024. **6.3** Condição à aprovação do Banco Central do Brasil, confirmar a composição da Diretoria da Companhia conforme quadro a seguir, após aprovação do diretor conforme item 6.2 acima. O mandato dos Diretores listados se estenderá até a posse dos que forem eleitos na Assembleia Geral Ordinária que analisar as contas do exercício findo em 2024: **• Pedro Henrique de Souza Conrade – Diretor Executivo I • Fernando Carvalho Botelho de Miranda – Diretor Executivo I • Jamil Saud Marques – Diretor Executivo II • Cristiano Fernandes da Silva – Diretor Executivo II • Juliana Noriko Yamada – Diretor Executivo II • Fernanda Solon – Diretor Executivo II • Alexandre Augusto Zaia Rodrigues – Diretor Executivo II • Fernando Henrique Montanari da Mota – Diretor Executivo II • Wagner Leão Costa Filho – Diretor Executivo II • Marcos Muller Lopes Fonseca – Diretor Executivo II. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. **Mesa:** Jamil Saud Marques, Presidente; e Fernanda Solon, Secretária. **Acionista:** Neon Holding Conglomerado Ltda. São Paulo, 30/01/2025. JUCESP. Certifico o registro sob o nº 94.316/25-9 em 17/03/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

## Neon Pagamentos S.A. Instituição de Pagamento

CNPJ/ME nº 20.855.875/0001-82 – NIRE 35.300.476.581

## Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 03 de dezembro de 2024

**Data, hora e local:** em 03/12/2024, às 11h00, na sede social da Companhia. **Convocação e presença:** Dispensada, face a presença de acionistas representando a totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: **Sr. Jamil Saud Marques;** Secretária: **Sra. Fernanda Solon. Deliberações da Ordem do Dia:** Por unanimidade e sem qualquer ressalva, deliberaram: **6.1** Eleger os membros abaixo qualificados, a saber: **Roberta Neves Valezio**, RG nº 39238679-SSP/SP e CPF/MF nº 416.855.118-05; **Marcos Muller Lopes Fonseca**, RG nº MG12396703 – SSP/MG e CPF/MF nº 016.125.246-05. **6.2** Os Diretores ora eleitos declaram sob as penas da Lei, não estarem incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei especial, que os impeçam de exercer atividades mercantis. **6.3** Condição à aprovação do Banco Central do Brasil, confirmar a composição da Diretoria da Companhia conforme quadro a seguir. O mandato dos Diretores listados se estenderá até a posse dos que forem eleitos na Assembleia Geral Ordinária que analisar as contas do exercício findo em 2024: **• Pedro Henrique de Souza Conrade – D. Executivo I • Fernando Carvalho Botelho de Miranda – D. Executivo I • Jamil Saud Marques – D. Executivo II • Cristiano Fernandes da Silva – D. Executivo II • Juliana Noriko Yamada – D. Executivo II • Fernanda Solon – D. Executivo II • Alexandre Augusto Zaia Rodrigues – D. Executivo II • Fernando Henrique Montanari da Mota – D. Executivo II • Wagner Leão Costa Filho – D. Executivo II • Roberta Neves Valezio – D. Executivo II • Marcos Muller Lopes Fonseca – D. Executivo II. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. **Mesa:** Jamil Saud Marques, Presidente; e Fernanda Solon, Secretária. **Acionista:** Neon Holding Conglomerado Ltda. São Paulo, 03/12/2024. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 94.313/25-8 em 17/03/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

## Oposição avalia antecipar pedido para pautar urgência do projeto da anistia

Enquanto o governo pressiona para que parlamentares da base retirem assinaturas do requerimento de urgência do projeto de lei da anistia, a oposição traça uma estratégia: caso o documento comece a perder parte dos 265 apoios conquistados até agora – oito a mais do que os 257 necessários – o líder do Partido Liberal na Câmara, Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), avalia antecipar a apresentação do requerimento à Presidência da Casa.

Inicialmente, a ideia da oposição é que o assunto seja discutido apenas no dia 24 de abril, data da próxima reunião de líderes da Câmara. Mas, se notar que deputados estão retirando assinaturas por pressão do Palácio do Planalto, Sóstenes colocará em prática a tática de antecipação.

Até agora, a decisão de protocolar o requerimento para que a proposta tramite em regime de urgência na Câmara está mantida, uma vez que a oposição quer aumentar ainda mais o número de apoiadores.

## NEGÓCIOS

### Nubank vai renegociar dívidas de 6 milhões de clientes



O Nubank anunciou, nesta segunda-feira (14), o lançamento de uma campanha de renegociação de dívidas que deve alcançar mais de 6 milhões de clientes.

A ação tem o nome "Recomeço", oferece descontos de até 99,9% nos débitos e condições especiais para que os clientes possam gerenciar suas dívidas e se recuperarem financeiramente.

Segundo o banco, esta é a sua maior campanha de renegociação para ajudar clientes com pagamentos em atraso. Aqueles que poderão participar da campanha serão notificados, de forma gradual, no aplicativo do banco com detalhes

sobre as opções de renegociação e próximos passos.

O programa foi elaborado para clientes que geralmente apresentam um bom histórico de crédito e engajamento no banco digital.

Os elegíveis também terão a possibilidade de ter o "Roxinho", cartão do Nubank, de volta nas versões crédito ou "cartão para construir limite".

"Estamos comprometidos em fornecer soluções personalizadas com as melhores condições possíveis, contribuindo para a saúde financeira de longo prazo. Queremos apoiar nossos clientes, que têm confiado no Nubank, a recomeçarem", diz a CEO do Nubank Brasil Livia Chanes.

Em março deste ano, o banco anunciou o retorno de David Vélez, seu fundador e CEO, no comando direto da diretoria do banco.

O objetivo da reestruturação é, segundo a instituição financeira, aumentar o foco no cliente, ampliar a eficiência e a colaboração operacional nos países em que atua (Brasil, México e Colômbia).

No 4º trimestre de 2024, o banco reportou alta de 87% no lucro líquido ajustado para US\$ 610 milhões, enquanto a receita excluindo efeitos cambiais somou US\$ 2,99 bilhões, uma alta de 50%. Nos últimos seis meses, os papeis caíram 17% na Bolsa de Nova York (NYSE).

Júlia Galvão/Folhapress

### Café já fica atrás das grades em supermercados de São Paulo



Café, bacalhau, picanha, creme de avelã e azeite passaram a ser protegidos com grades, lacres e etiquetas antifurto em supermercados de São Paulo. O café foi o produto que teve maior alta no acumulado de 12 meses no último levantamento do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

A reportagem visitou 22 supermercados nas zonas sul, oeste, leste e central da capital paulista, nos dias 11 e 14 de abril, e observou o fenômeno antifurto em unidades das redes Carrefour, Extra, Pão de Açúcar e Sonda.

O Mini Extra do largo do Arouche e uma unidade do Carrefour Express no bairro da Saúde guardavam emba-

### Lollapalooza gera 429 mil transações, com maior parte das compras no crédito, diz Cielo

Nos três dias do festival Lollapalooza Brasil, ocorrido entre 28 e 30 de março, foram realizadas 429 mil transações de pagamento, de acordo com a Cielo. A empresa foi a responsável por processar as operações feitas no evento, que neste ano não teve as pulseiras "cashless" (sem dinheiro), com os pagamentos sendo feitos com cartões nas maquininhas.

De acordo com a credenciadora, cerca de 33% das operações aconteceram em cada um dos três dias. A maior parte do público, ou 62%, pagou usando cartão de crédito, sendo que o restante fez pagamentos via débito.

A maior parte das transações aconteceu entre as 16h e as 20h, horários que

antecederam os principais shows de cada noite. O pico de vendas foi às 20h, com cerca de 60 mil vendas.

Segundo a Cielo, três grupos de cliente participaram do festival: os que costumam frequentar bares e restaurantes; os que são atentos a tendências de moda e beleza; e os que consomem exclusivamente em supermercados.

"O processamento de cada uma das milhares de transações de pagamentos no Lollapalooza Brasil 2025, que levou cerca de um segundo para ser finalizado, demonstra a robustez operacional da Cielo e a preparação da companhia para um evento tão importante", diz em nota o vice-presidente de Tecnologia e Negócios da Cielo, Carlos Alves.

IstoÉDinheiro



lagens de café popular atrás de grades na prateleira - mas não as marcas mais caras ou as versões de cápsula. Os funcionários de ambas as lojas disseram que medida era para evitar furtos.

"Só hoje de manhã, duas pessoas já tentaram furto os sacos de café. É muito constrangedor, porque a gente precisa parar e abordar os clientes", disse um funcionário.

A rede Carrefour informou que a prática é comum para produtos de alto valor, e que o café se encaixaria nesta categoria. "É uma regra do varejo, nós só seguimos o mercado", diz.

O Grupo Pão de Açúcar, dono das redes de supermercados Pão de Açúcar e Extra, disse que produtos

como picanha, azeite e bebidas alcoólicas são considerados de alto valor agregado e, portanto, seguem procedimentos adicionais de proteção. "No caso dos cafés, a companhia informa que a medida adotada não está em conformidade com seus padrões e procedimentos. Assim que tomou conhecimento, a grade foi retirada dos produtos", afirma.

A mais recente pesquisa Datafolha mostrou que quase metade dos brasileiros reduziram o consumo do café devido à inflação. Produto teve alta de 8,14% nos preços de fevereiro a março e de 77,78% no acumulado de 12 meses, segundo o IBGE.

Gabriela Cecchin/Folhapress